



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG RO**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

PORTO VELHO/RO - 2012



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG RO**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

Sumário

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
Lista de Quadros.....	9
Lista de Figuras.....	10
Introdução.....	11
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	12
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	12
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
1.1.2 – Organograma.....	16
1.2 – Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	18
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	18
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos.....	20
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos para os Próximos 5 Exercícios.....	23
2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	25
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	25
2.1.1 - Comportamento do mercado agrícola.....	25
2.1.2 - Estratégia de atuação da empresa.....	26
2.1.3 - Contratação de bens e serviços.....	26
2.1.4 - Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios.....	28
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	29
2.2.1 - Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização.....	29
2.2.2 - Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab.....	29
2.2.3 - Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros.....	31
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	31
3.1 - Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	31
3.2 – Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	32
3.2.5 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	32
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	36
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	37
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	37
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	37
4.2.2. Programa de Abastecimento Social - Venda em Balcão.....	37
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	40
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	40
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas	40
7 - Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação	42
7.1 – Rede Armazenadora Própria.....	42
7.1.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios.....	43
7.1.2 – Serviços de Manutenção.....	43
7.1.3 – Rede Armazenadora Contratada.....	44
7.1.3.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros.....	44
7.1.4 – Oferta Regional de Armazenagem.....	45
7.1.5 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....	45
7.2 – Análise das ações de fiscalização de estoque públicos.....	45
7.2.1 – Perdas.....	47
7.2.2 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....	47
7.2.3 – Descredenciamento de Armazéns.....	47
7.3 – Remoção de Produtos.....	47

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho.....	48
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	48
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	48
9. Gestão Estratégica.....	49
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	49
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	50
10.1. Análise dos principais resultados do Projeto Siga Brasil.....	50
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	50
11.1. Alocação de Servidores.....	50
11.2. Comunicação na Instituição.....	51
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	52
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	52
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	53
11.5.1 - Composição do quadro de servidores ativos.....	53
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	60
11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:.....	60
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	64
12.1. Programas e Ações do PPA.....	64
12.2. Restos a Pagar Processados e Não Processados de Exercícios Anteriores.....	66
12.2.1 - Análise dos Restos a Pagar Processados.....	67
12.2.2 - Análise dos Restos a Pagar Não Processados.....	67
12.4. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	68
12.5. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas.....	68
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	68
13.1 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	68
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	70
Resultados e Conclusões.....	71
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	72

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ATR	Açúcar Total Recuperável
BACEN	Banco Central do Brasil
BCAnet	Aplicativo que permite a geração de Boletins de Cadastro de Armazéns
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenador de Ação Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDRH	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CFAC	Centro de Formação e Assistência Comunitária
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COPEC	Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra Especial da Agricultura Familiar

CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EE	Estoque Estratégico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
ER	Estoque Regulador
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ONG	Organizações Não Governamentais
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
PD	Parcerias de Desenvolvimento
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar

PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNPB	Programa Nacional de Produção de Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Gestão de Contratos
SISGAT	Sistema Gerencial de Atendimento
SISMAT	Sistema de Almoxarifado
SISSUB	Sistema de Controle das Operações de Subvenção
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial

TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
VBPA	Valor Bruto da Produção
Vendas Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto

Lista de Quadros

Nº	Nome	Pag.
Quadro 01	Itens que não constam no RG da UJ	11
Quadro-02	Identificação da Unidade	12
Quadro-03	Contratos Administrativos de bem e serviços terceirizado pela SUREG/RO	27
Quadro-04	Principais empresas que prestam serviços análogos - armazenagem	30
Quadro-05	Serviços que geram receitas próprias na UJ	30
Quadro-06	Principais clientes do setor público – armazenagem	31
Quadro-07	Subvenção por meio da PGPM - Bio	31
Quadro-08	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS)	33
Quadro-09	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	33
Quadro-10	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	35
Quadro-11	Dez maiores operações na CPR-Doação	35
Quadro-12	Dez maiores operações na CPR-Estoque	35
Quadro-13	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	39
Quadro-14	Demonstrativo Geral das Vendas dos Estoques	39
Quadro-15	Resultado dos Serviços de Armazenagem	41
Quadro-16	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	42
Quadro-17	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	42
Quadro-18	Demonstrativo da Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios	43
Quadro-19	Certificação das Unidades Armazenadoras – Previsão 2016	43
Quadro-20	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada, Comparando com a Demanda Anual	45
Quadro-21	Relação de Fiscais da Regional	46
Quadro-22	Demonstrativo das Remoções Contratadas	47
Quadro-23	Treinamentos realizados na UJ em 2012	53
Quadro-24	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	53
Quadro-25	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	54
Quadro-26	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	54
Quadro-27	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	55
Quadro-28	Composição do Quadro de Estagiários	55
Quadro-29	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	56
Quadro-30	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	57
Quadro-31	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (exceto vigilância e Limpeza)	59
Quadro-32	Identificação da Unidade (Entidade)	60
Quadro-33	Ações orçamentárias da UJ	64
Quadro-34	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	65
Quadro-35	Cestas de alimentos distribuídas	66
Quadro-36	Restos a pagar processados e não processados	66
Quadro-37	Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	68
Quadro-38	Estrutura de Controles Internos da UJ	68
Quadro-39	Balanço Patrimonial	72
Quadro-40	Demonstração dos Fluxos de Caixa	74
Quadro-41	Demonstração do Resultado do Exercício	75
Quadro-42	Demonstração do Valor Adicionado	76
Quadro-43	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	77

Lista de Figuras

Nº	Nome	Pag.
Figura 1	Organograma da Unidade Jurisdicionada	16

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Estado de Rondônia, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e ações traçados pela Sureg-RO para o exercício de 2012, decorreram do contingenciamento no orçamento da Conab, assim como a escassez crônica de recursos humanos pela perda de empregados e a falta de reposição.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab/SUREG/RO, destaca-se a CPR – Doação, com uma abrangência aproximada de 75% dos municípios do Estado de Rondônia.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Artigo 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Quadro 01 - Itens que não constam no RG UJ

5. Articulação e Organização do Abastecimento (Não à conteúdo a ser declarado no exercício)		
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
11.5 Gestão de Pessoas		
11.5.2	Quadro de servidores pensionistas e inativos	Não se aplica a natureza de UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Informação centralizada na UJ 135100, será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.4	Transferências mediante Convênio	Informação centralizada na UJ 135100, será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100, será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Não se aplica UJ.
13. Governança e Controles		
13.3	Auditoria Interna	Informação centralizada na UJ 135100, será apresentado somente no Relatório da Matriz

Everaldo da Silva Santos
Superintendência Regional de Rondônia
Superintendente

Rubens Rodrigues dos Santos
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Presidente

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 2 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Superintendência Regional de Rondônia - SUREG/RO		
Denominação abreviada: Conab/SUREG/RO		
Código SIORG: 087103	Código LOA: Não se Aplica	Código SIAFI: 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		CNPJ: 26.461.699/0383-15
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	69-3216-8400	
Endereço Eletrônico: ro.sureg@.conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Av. Farquar N. 3305- Bairro Panair - Porto Velho - RO CEP: 76.904-660		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Superintendência Regional da Conab no Estado de Rondônia, parte integrante da estrutura organizacional da Conab, foi criada por meio da Resolução CONAD n.º 05, de 30 de junho de 1999, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 76ª Reunião Ordinária, ocorrida em 30/6/1999. No uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).		

Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Estatuto Social
Regimento Interno
Regulamento de Pessoal
Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produto
Processo Interno de Apuração
Armazenagem
Procedimentos que Disciplinam as Atividades nas UAs
Aquisição do Governo Federal – AGF
Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e Warrant Agropecuário - WA
Remoção de Produtos
Regulamento de Armazenagem - Ambiente Natural
Regulamento de Armazenagem - Ambiente Artificial
Controle de Qualidade
Inventário de Mercadorias
Securitização
Contrato de Opção
Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO
Prêmio para Escoamento de Produto – PEP
Compra Direta da Agricultura Familiar
Viagens a Serviço
Seguros
Treinamento e Desenvolvimento de RH
Benefícios
Serviços de Assistência à Saúde
Transferência de Empregado
Exames Médicos de Saúde Ocupacional
Administração e Controle do Patrimônio
Meios de Comunicação
Padronização dos Serviços de Documentação
Administração de Veículos
Serviços Gerais
Serviços Gráficos
Alienação de Bens Imóveis
Ocupação de Imóveis Residenciais

Alienação de Bens Móveis e Baixa Patrimonial,

Metodologia das Normas

Metodologia para Elaboração do MOC

Identidade Visual

Outros - Código de Ética da Audin

Obs: Todas as Normas elencadas acima estão na pagina da Conab em Normas da Organização .

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Manual de Operações da Conab-MOC

Regulamento da Biblioteca da Conab

Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais

Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012

Código de Ética da Conab

Manual do Estagiário

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis

Superintendência Regional - RO

Superintendente: Everaldo da Silva Santos (01/01/2012 a 31/12/2012)

Gerentes de Área

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E DE SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE

Gerente: Rosemberg Alves Pereira (01/01/2012 a 31/12/2012)

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD

Gerente: Lucideane das Graças Cunha Braga Sampaio (01/01/2012 a 31/01/2012)

Gerentes das Unidades Armazenadoras

UA Porto Velho/RO

Gerente: Carlos Alberto Alonso Pontes (01/01/2012 a 31/12/2012)

UA Cacoal/RO

Gerente: Davinson Mateus Miranda (01/01/2012 a 31/12/2012)

UA Vilhena/RO

Gerente: Sander André Hatamman (01/01/2012 a 31/12/2012)

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
135136	Unidade Armazenadora de Cacoal/RO
135219	Unidade Armazenadora de Porto Velho/RO
135220	Unidade Armazenadora de Vilhena/RO

135227	Unidade Estoque Estratégico/RO
135228	Núcleo Estoque Regulador – PGPM-RO
135433	Unidade Mercado Opção/RO
135461	Conab- Sede Sureg-RO
135548	Unidade PAA/RO
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135136	22211
135219	
135220	
135227	
135228	
135433	
135461	
135548	

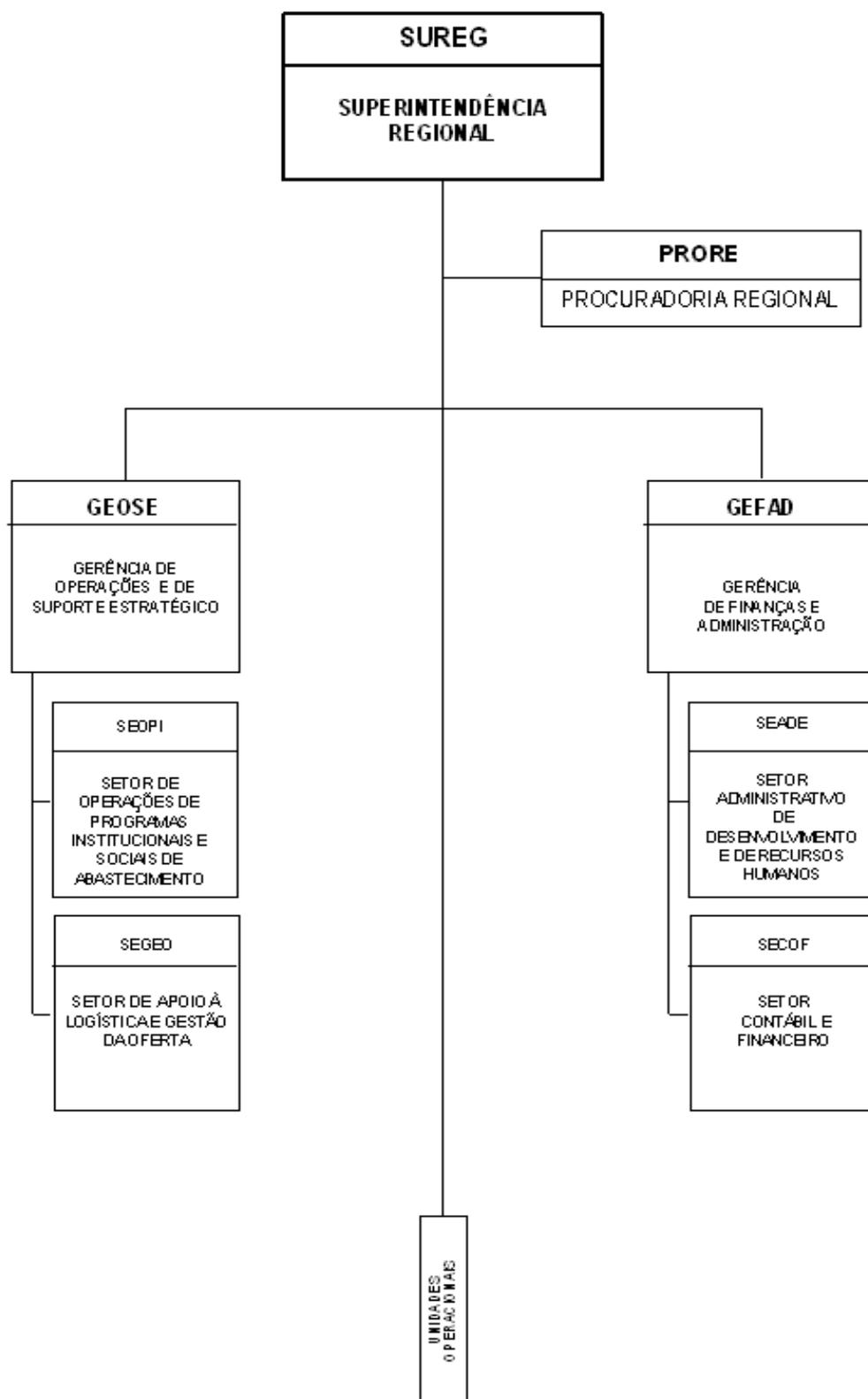
A SUREG-RO está subordinada hierarquicamente à Presidência da CONAB e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.1.2 – Organograma

Figura 1 – Organograma da Unidade Jurisdicionada



Atribuições institucionais das Unidades Orgânicas da UJ

A Superintendência Regional de Rondônia – SUREG/RO, possui uma estrutura orgânica classificada, dentro da estrutura organizacional da Matriz, como sendo do Tipo II. Esta subordinada hierarquicamente à Presidência e funcionalmente às respectivas Diretorias. A Superintendência Regional de Rondônia por ser do tipo II, possui dentro de sua estrutura a seguinte organização: 01 Superintendência Regional, 03 Gerências de Áreas, 04 Setores e 03 Unidades Armazenadoras, sendo uma no município de Porto Velho, 01 no município de Cacoal e outra no município de Vilhena.

Compete à Superintendência Regional, representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais, mantendo estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, dentro de sua jurisdição, objetivando antever soluções para as questões regionais, como também divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios. Compete ainda, divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia e do Governo Federal, as disposições legais e os atos normativos em vigor, bem como, fazer cumprir e executar as diretrizes estabelecidas pelas áreas da Matriz, como também, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas.

A Gerência Jurídica - GEJUR, esta subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à COJUR na matriz, tendo dentro do seu rol de competências representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência, propor e ajuizar as ações de cobrança e outras, zelar pela uniformidade de entendimentos e observâncias aos critérios e normas adotadas e à legislação competente, analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais e licitatórios de aquisição e alienação de bens patrimoniais e contratação de serviços, como também acompanhar, no âmbito da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, e ainda, prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia e dentro da jurisdição da Regional.

Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE, que esta subordinada hierarquicamente a Superintendência Regional, por intermédio dos Setores a ela subordinados, Setor de Operações e de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI e o Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO, desenvolver as atividades relacionadas aos programas de desenvolvimento empresarial e de apoio à logística e gestão da oferta, bem como das operações de estoques públicos e comerciais de produtos agrícolas e seus insumos, e ainda, acompanhar, executar e analisar os programas institucionais e sociais de abastecimento desenvolvidos e executados pelas políticas e programas do Governo Federal.

Subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional, compete à Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, por intermédio do Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE e do Setor Contábil e Financeiro – SECOF, a promoção e execução de todas as atividades relacionadas com a administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa, bem como, as atividades relacionadas aos serviços de telecomunicações, de documentação e de serviços gerais, e ainda, toda a execução e controle das atividades contábeis, tributárias, fiscais, orçamentárias e financeiras da Superintendência Regional, de acordo com as normas adotadas pela Companhia e às legislações competentes.

Às Unidades Armazenadoras – Uás, que estão subordinadas hierarquicamente à Superintendência Regional e funcionalmente à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE e a Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, compete o desenvolvimento das atividades relacionadas ao recebimento, classificação, conferência, processamento, conservação e expedição dos produtos armazenados pela Companhia e por terceiros; prestar o apoio necessário à realização das atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional, junto aos órgãos e representações federais, estaduais e municipais, como também nas atividades de cadastramento de

clientes e de armazéns, coleta de preços de produtos e insumos agrícolas e manter contatos sistemáticos, sob a orientação da SUREG e das Gerências de Áreas, com todo o segmento agrícola da região, com a finalidade de obter informações agropecuárias e subsidiar as decisões, compete ainda, cumprir e fazer cumprir as metas operacionais e financeiras fixadas pela Matriz.

Esta ainda, sob a competência da Superintendência Regional, a execução e o cumprimento de todas as diretrizes e normas estabelecidas pela Presidência, Diretorias e Superintendências de Área da Matriz, no âmbito de sua jurisdição.

1.2 – Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, foi concebido em 2003 e teve como objetivo capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do Governo Federal à época, bem como contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, o qual traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

A partir de 2007, no entanto, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma

unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Em 2012, um novo grupo de trabalho foi constituído a fim de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos, que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Conjuntamente, iniciou-se a elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cíbrus. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e

Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

- Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos segmentos produtores da agricultura empresarial ou de mercado e a chamada agricultura familiar. Ambos os casos tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no processo de comercialização, observando-se o comportamento dos preços de mercado, ou para assegurar de forma intervencionista direta a compra da produção oriunda da agricultura familiar, neste caso específico, objetivando a manutenção da renda. Para os dois exemplos podem ser utilizados os instrumentos efetivos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, ou do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, para a agricultura familiar.

Par a sua execução é necessário o constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, reportando à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção governamental. O público alvo são os produtores rurais e/ou suas cooperativas e associações de pequenos produtores em grupos formais ou até mesmo informais.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Os procedimentos adotados pela Sureg-RO são aqueles que estão relacionados nas instruções normativas pertinentes associados com a execução de cada instrumento, demonstrando que a participação da Regional se restringe apenas ao acompanhamento, análise e conferência da documentação exigida que acoberta a implementação dos instrumentos institucionais de apoio e amparo governamental ao processo de comercialização agrícola.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação.

- Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Caracteriza-se pelo atendimento a diversos segmentos consumidores, tais como comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Igualmente ao macroprocesso anterior, seu início também é iniciado pela constatação da necessidade de uma intervenção governamental no processo interno de abastecimento, via a execução de vendas e/ou remoção dos estoques

reguladores ou pela concessão de subvenção econômica. Todas essas ações tem como objetivo o escoamento de produtos para regiões desabastecidas ou, de acordo com o caso, para o mercado externo. Os produtos podem estar vinculados aos estoques privados e também públicos, depositados nas zonas de produção ou em locais de melhor logística de estocagem e transporte. Essas fases possuem forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar, de acordo com a dinâmica do mercado, o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP e PREPO. No ano passado nenhum dos instrumento foi utilizado no Estado de Rondônia.

- Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

A Regional de Rondônia não está inserida nestas ações.

- Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA, Organismos Internacionais e Órgãos Estaduais e Municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição, transporte, controle de qualidade e armazenamento de produtos para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, dentre outros.

No atendimento a parceiros para CPR com Doação Simultânea a UJ realiza primeiramente uma previsão de demanda orçamentária para aquisição de produtos da agricultura familiar por meio do instrumento de comercialização do PAA, denominado Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação e Formação de Estoque Pela Agricultura Familiar – CPR - Estoque, para subsidiar a Matriz na negociação de recursos junto aos parceiros (MDS e MDA). Depois da definição do montante total de recursos a ser liberado pelos parceiros, a Matriz disponibiliza periodicamente os recursos necessários para atendimento das demandas apresentadas pela Sureg-RO, objetivando o atendimento às organizações de agricultores familiares.

Para a entrega de cestas a UJ verifica se há estoque armazenado (estoque estratégico), se tiver o estoque (com estoque) os produtos para atendimento as cestas são transferidos de outras Suregs detentoras de estoque (mediante leilão de frete) ou adquiridos, mediante Leilão de compra para atender a demanda existente na Regional de destino (sem estoque). Em seguida a Sureg-RO, depois do recebimento dos produtos, verificação do controle de qualidade (leilão de compra), realiza o pagamento (frete ou aquisição), iniciando a distribuição aos grupos populacionais específicos, conforme determinado em plano de trabalho. Nesse processo a Sureg-RO tem como parceiros os seguintes órgãos: INCRA (conduz distribuição aos acampados), FUNAI (conduz a distribuição aos índios), MAB (conduz a distribuição aos atingidos por barragens), FCP (conduz a distribuição aos remanescentes de Quilombolas, através das Comunidades) e o SEPPIR (conduz a

distribuição as Comunidades de Terreiros).

- Macroprocesso de Prestação de Serviços

Abrange os serviços de armazenagem de produtos governamentais e prestados a terceiros (setor privado); a realização de leilões de bens públicos e privados. Seu início é demarcado a partir de demandas externas. A participação da Sureg-RO, neste caso, é restrita, abrangendo apenas os serviços de armazenagem.

Público-alvo: União, sociedade e setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem, compreendendo recepção, pesagem, secagem, limpeza, guarda e conservação, expedição, etc; e leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização- SEC. A Regional não participa, de forma direta, do referido processo eletrônico de comercialização.

- Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A formação de Estoques Públicos é realizada a partir da aquisição de produtos agrícolas por meio de operações de AGF ou de operações resultantes dos leilões públicos, via Bolsa, de Contrato de Opção de Venda, ambos instrumentos previstos na PGPM, ações primeiramente conduzidas pela Sureg-RO.

Os estoques públicos podem ser mantidos em armazéns próprios ou em armazéns de terceiros que atendem aos requisitos para credenciamento, mediante a assinatura de CONTRATO DE DEPÓSITO (guarda e conservação) de produtos e/ou embalagens de propriedade da União ou da Conab e/ou vinculados a programas governamentais de abastecimento sociais.

As aquisições são obrigatoriamente precedidas de vistorias técnico-operacionais da Conab, por meio do “TERMO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO – TVN”, para caracterizar as condições quantiquantitativas do produto e o cumprimento das demais exigências normativas para o devido armazenamento, de acordo com os TÍTULOS 08 e 12 do MOC.

Após a aquisição e entrada contábil do produto no Sistema de Controle de Estoques – X-FAC, periodicamente, conforme calendário previamente estipulado, são realizadas fiscalizações em todas as unidades armazenadoras que detém estoques públicos para verificação quantiquantitativa dos produtos. Para os armazéns de terceiros, os pagamentos dos serviços de armazenagem e conservação são realizados quinzenalmente, conforme os valores publicados no site da Conab – na página PRODUTOS E SERVIÇOS/ARMAZENAGEM.

Os produtos dos estoques públicos podem ser objetos de venda e remoção para outras Unidades da Federação ou para atendimento de programas sociais específicos (doação) e especiais.

A Administração dos Estoques Públicos recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de execução e controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão, face, sobretudo, às alterações na legislação tributária que rege as atividades de movimentação dos estoques.

- Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de propiciar a Conab a oportunidade de ampliar seu processo de geração e difusão de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades

desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto, de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado pelo atendimento ao público-alvo interno e externo que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração e absorção de informações e conhecimentos já tradicionalmente atendidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores, as empresas de extensão rural e de consultoria, as bolsas e as empresas armazenadoras.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos, analíticos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, levantamento e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Participação da Sureg-RO: à Unidade Regional cabe desenvolver, sobretudo, trabalhos de campo relacionados com levantamento e avaliação de safra agrícola, conjuntura agropecuária regional, levantamento de preços de insumos, máquinas e equipamentos, cadastro da rede armazenadora, levantamento e informações de estoques privados, fiscalização das operações dos Programas de Subvenção e acompanhamento de remoção.

Nesse tópico existe também a necessidade de ampliação do contingente de pessoal, realização de treinamento e abrangente capacitação, e introdução de ferramentas de condução, uso e apoio da área de informática setorial.

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos para os Próximos 5 Exercícios

Considerando a missão institucional da Conab e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual 2012/15, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-RO estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 13 Ações, todas coordenadas pela Matriz. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas sob responsabilidade da Sureg-RO esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas e Ações, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Especificamente na área de atuação da Sureg-RO, a Ação Formação de Estoques teve como previsão de que não haveria espaço para novas aquisições se considerada a situação regional, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, que elevaram os preços recebidos pelos produtores de milho. Desta forma, não houve demanda para intervenções do Governo Federal por meio de leilões nos instrumentos de subvenção (PEP e PEPRO) e por aquisições diretas – AGF e Contrato de Opção. O recurso orçamentário foi previsto basicamente para manutenção e despesas de armazenagem dos estoques existentes.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAA Net, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas, com as doações, famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

2.1.1 - Comportamento do mercado agrícola

A economia de Rondônia, assim como nos outros estados do Norte, está em processo de desenvolvimento. Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual foi de 15 bilhões de reais, correspondendo a 0,6% de toda riqueza gerada no Brasil naquele ano; no âmbito regional, a contribuição foi de 11,2%, sendo a terceira maior, atrás somente do Pará (37,1%) e Amazonas (31,5%). O PIB per capita é de 10.320 reais.

A expansão da fronteira agrícola em Rondônia foi determinante para o desenvolvimento agropecuário. Os fluxos migratórios de agricultores se intensificaram a partir da década de 1970, sobretudo das regiões Sul e Sudeste. As terras férteis são propícias para os cultivos de café, cacau, arroz, feijão, milho, soja, mandioca, etc. Na pecuária, o estado se destaca por ser grande exportador de carne bovina – principal produto de exportação de Rondônia (60%).

Historicamente, a economia rondoniana baseia-se na pecuária e produção de café e cacau. Atualmente, a produção de grãos (arroz, feijão, soja e milho) também se destaca na economia, principalmente aquela produzida na região do Cone Sul do Estado. No restante do Estado, os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar são a base da agricultura com predominância do sistema de subsistência.

Para as principais culturas como: arroz, feijão 2ª safra e milho 1ª e 2ª safra, a área cultivável foi de 293,2 mil hectares e a produtividade 2.459 kg/ha, um incremento de 16,5% e 19,3%, respectivamente em relação a safra passada.

As seguidas reduções na safra de milho dos Estados sulinos também ocasionaram a diminuição dos estoques finais em nível de Brasil, notadamente nos anos de 2011 e 2012. O comportamento descendente da produção de milho nos Estados da região Sul e consequente redução na oferta global concorreu de forma significativa para a ampliação da área plantada em Rondônia, posto que os preços praticados pelo mercado sinalizavam boa remuneração. A situação do mercado, face a redução da oferta global interna, motivou a prática de preços remuneradores aos produtores rondonienses, panorama também influenciado pela quebra de safra norte-americana e da Argentina devido ao expressivo aumento da demanda mundial. Os preços médios no Estado flutuaram de R\$12,98/60 kg (cotação mínima) a R\$23,13/60 kg (cotação máxima), evitando, assim, a necessidade da intervenção governamental no processo de comercialização da produção estadual. Por outro lado, esse quadro de preços altos da matéria-prima elevou também os preços das rações, impactando os principais segmentos consumidores (avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite e de corte/gado confinado e indústrias de rações), ocasionando redução das atividades criatória e agroindustrial com reflexos no custo da alimentação (frango, carne, leite, etc) e no controle da inflação.

Destaca-se também a produção de soja safra de 2012/2013, quando estão foram colhidas 167,7 mil toneladas com incremento de 16,7% sobre a anterior. A comercialização da soja rondoniense aconteceu com mercado dinâmico e preços firmes e ascendentes, situação favorecida pela queda na produção norte-americana e argentina. A boa performance da comercialização da safra estadual foi afetada pela problemática logística de armazenamento e de transporte, fatores que acabam interferindo no resultado econômico da cultura e reduzindo a possibilidade de maiores ganhos financeiros e na lucratividade de toda a cadeia produtiva. Os preços médios da oleaginosa pautaram-se de R\$38,57/60 kg (cotação mínima) a R\$67,37/60 kg (cotação máxima).

2.1.2 - Estratégia de atuação da empresa

Em relação à gestão de estoques público, não ocorreu nenhuma demanda de produtores de Rondônia para qualquer das operações previstas dentro da PGPM ou dos Instrumentos de Subvenção PEP, PEPRO, e PROP, haja vista que os preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis superiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo.

Durante o ano de 2012, foram realizadas fiscalizações em 4 unidades da Sureg-RO. A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns.

Para atendimento aos 1.555 clientes cadastrados, principalmente de pequenos produtores do setor suinocultor, a Conab/Sureg-RO solicitou a remoção de 2.500.000 kg de milho destinadas às UAs Porto Velho, Cacoal e Vilhena. A partir dos estoques disponíveis em armazéns localizados nos municípios de Lucas do Rio Verde e Campos Novos de Parecis, a Conab contratou a remoção do quantitativo solicitado, com a remoção de 2.087.220 kg até o fim do exercício.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano safra. O conceito de ano safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

Durante o ano safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

2.1.3 - Contratação de bens e serviços

O Setor Administrativo e de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SEADE é o responsável pelos contratos administrativos (materiais/serviços) necessários para a Sureg-RO.

Conforme observado no quadro abaixo, verifica-se que as empresas que prestam serviços para esta Sureg foram contratadas por meio de pregão eletrônico ou dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação, de acordo com o previsto na legislação vigente. Os tipos de serviços contratados são, basicamente para a prestação dos serviços de: vigilância armada, limpeza, braçagem, advocatício, urbanismo, agente de integração/estagiários e de medicina e segurança do traba-

lho, locação de veículos automotores, locação de máquinas fotocopiadoras, aquisição de passagem aérea e aquisição de combustíveis.

Quadro 03 – Contratos administrativos de bens e serviços terceirizados pela Sureg-RO

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	OBJETO	CONTRATO Nº	MODALIDADE LICITAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – EMBRATEL	33.530.486/0001-29	Serviço de telefonia fixa de longa distância	05/2010	PREGÃO ELETRÔNICO
LOPES & CAVALCANTE LTDA	07.533.627/0001-57	Serviços de condução de veículos de pequeno porte (motorista)	08/2011	PREGÃO ELETRÔNICO
FERREIRA & CIA LTDA	00.984.795/0001-10	Lavagem de veículos	Ordem de Serviço 12/2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO
COMÉRCIO DE GÁS MATTEI LTDA	08.512.111/0001-99	Fornecimento de água mineral	Ordem de Compra 048/2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO
VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO LTDA	07.671.791/0001-20	Prestação de serviços de agenciamento de viagens	04/2013	PREGÃO ELETRÔNICO
PVH SERVIÇO, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E INDÚSTRIA LTDA	07.019.444/0001-18	Serviços de engenharia e segurança do trabalho	02/2011	PREGÃO ELETRÔNICO
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE	6.600.839/0001-55	Prestação de serviços de agente de integração	02/2012	PREGÃO ELETRÔNICO
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A – CERON	05.914.650/0001-66	Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para atender a UA/Vilhena/RO	02/2013	DISPENSA DE LICITAÇÃO
AUTO POSTO PLANALTO LTDA	34.764.472/0001-32	Fornecimento de combustível para atender a UA/Vilhena/RO	03/2013	DISPENSA DE LICITAÇÃO
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA – CAERD	05.914.254/0001-39	Prestação de serviços de fornecimento de água tratada e/ou esgotamento sanitário	09/2011	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
APOENA MACHADO ADVOCACIA	05.605.122/0001-25	Prestação de Serviços Advocáticos	11/2010	PREGÃO ELETRÔNICO
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	34.028.316/0027-42	Serviços de Malote	03/2008	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA	12.159.225/0001-74	Vigilância Armada	07/2011	PREGÃO ELETRÔNICO
UNIÃO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – ME	11.699.013/0001-17	Locação de Veículos	07/2012	PREGÃO ELETRÔNICO
AUTO POSTO G-10 LTDA	08.293.360/0001-30	Fornecimento de Combustível	Ordem de Compra 07/2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO
COMERCIAL COLUMBIA LTDA	04.285.284/0004-03	Fornecimento de Combustível	01/2013	PREGÃO ELETRÔNICO
LOPES & CAVALCANTE LTDA	07.533.627/0001-57	Limpeza e conservação	10/2012	PREGÃO ELETRÔNICO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE (UA/VILHENA-RO)	01.933.030/0001-13	Fornecimento de água potável	05/2008	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
LOPES & CAVALCANTE LTDA	07.533.627/0001-57	Serviços de Braçagem UA/Porto Velho	06/2010	PREGÃO ELETRÔNICO
LOPES & CAVALCANTE LTDA	07.533.627/0001-57	Serviços de Braçagem UA/Cacoal	07/2010	PREGÃO ELETRÔNICO
GUTA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	01.663.647/0001-66	Fornecimento de água mineral	Ordem de Compra 27/2012	DISPENSA DE LICITAÇÃO
ESPAÇO DO SABER LTDA – ME	10.553.929/0001-00	Serviço de locação de um equipamento multifuncional	03/2012	PREGÃO ELETRÔNICO

Fonte: Sureg/RO-Gefad-Seade

Para realização dos certames utiliza-se da Lei de Licitação (Lei 8.666/93), demais legislações pertinentes, Normas de Organização, Orientações Superiores emanadas da Matriz (resoluções, Comunicação Interna e etc). Na verificação do cumprimento dos parâmetros legais, em cada processo licitatório, é utilizado um check-list.

Todo procedimento licitatório, com exceção da dispensa com fulcro no artigo 24, Incisos I e II, da lei 8.666/93 são submetidos a área jurídica da Regional, que utiliza entre outras orientações de um “check-list” para cumprimento das condicionantes legais. Esta área (Gejur), também realiza um acompanhamento sistemático das alterações legislativas no âmbito administrativo, dispondo entre outros de uma assinatura de Boletim de Licitações e Contratos e Boletim de Direito Administrativo, que apresenta todas as modificações relativas à legislação. As

competências são estabelecidas na Resolução nº 013, de 22/12/2012 (disponível na Intranet - <https://intranet.conab.gov.br>).

Os prazos dos Contratos Administrativos são acompanhados mediante um controle sistemático elaborado pelo Seade (Quadro de Acompanhamento dos Contratos). Além do SISCOT (Sistema de controle de contratos), disponível na Intranet (<https://intranet.conab.gov.br>), que envia aos Gestores dos contratos mensagens (via email) sobre o vencimento dos contratos.

2.1.4 - Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

No decorrer do exercício de 2012, observou-se que dos muitos problemas, principalmente os que se referem a recursos humanos, estão se agravando.

O aumento no volume de atividades da Regional continua sendo uma constante e o número de funcionários é insuficiente.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Porto Velho, Cacoal e Vilhena também apresentam problemas de estrutura física, conforme a série de demandas que foram apresentadas às áreas responsáveis e fazem parte dos projetos de grande porte para manutenção dessas Unidades, mas ainda não autorizados. Identifica-se ainda que para dar prosseguimento nos projetos propostos tem que se adequar o quadro técnico, visto que não dispomos destes profissionais em número suficiente para atender a toda a demanda, tais como engenheiros nas suas diversas especialidades de modo a atender aos requisitos legais quando da preparação do Edital de Licitação.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 53 empregados em efetivo exercício, demonstrando que não foram tomadas por parte da administração central qualquer medida para sanear os problemas relatados no exercício de 2011.

Tornam-se prementes as necessidades de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da Conab/Sureg-RO, tais como intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, de forma escalonada, contemplando a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

A atual estrutura organizacional foi implantada há anos, sendo hoje necessário o desmembramento do Setor Fiscal e Contábil. Desta modificação, a que causa maior impacto é ausência de setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo: fiscal (tributos).

No Setor Administrativo e de Desenvolvimento de Recursos Humanos – Seade a situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoхарifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Desta forma, sugere-se que o Seade seja desmembrado, criando-se um setor que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle (contrato/almoхарifado/patrimônio).

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Suregs na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – aquisições de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas predefinições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamen-

to dos objetivos da política em seminários e teleconferências internas da Companhia, favoreceria uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à Conab/Sureg-RO, conduzindo o próximo exercício à produtividade e à melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

2.2.1 - Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A Unidade Armazenadora de Porto Velho atende os clientes cadastrados no Programa Vendas em Balcão e recebe cestas de alimentos para atendimento às populações em situação de insegurança alimentar por meio de convênios Conab X MDS.

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações.

Diferentemente da situação verificada no exercício 2011, referente a safra de milho em grãos, a elevação dos preços das commodities no mercado, tanto nacional quanto internacional, tornou-se desnecessária à atuação do Governo Federal em ações para sustentação de preços dos principais produtos produzidos e comercializados no Estado de Rondônia.

Desta forma, considerando a condição do País de grande produtor de alguns dos principais produtos incluídos na classificação de commodities agrícolas e alimentares (grãos, óleos vegetais, carnes, frutos do mar, açúcar, bananas e outras commodities que são base de alimentos para o consumo humano), não ocorreram operações na área sob jurisdição da Conab/Sureg-RO de qualquer dos instrumentos previstos na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM para os produtos milho e soja em grãos.

Ao contrário, grande parte dos estoques de milho em grãos vinculados a PGPM, foram colocados a venda de forma a atender o abastecimento e a regulação de preços em regiões afetadas pela falta de produto, motivadas por quebra de produção ou aumento de consumo.

2.2.2 - Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

Como empresa pública, a Conab não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. O objetivo de prestação de serviços de armazenagem para terceiros é praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O Estado de Rondônia dispõe atualmente de uma oferta superior a 635.737 toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante disso a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade de apenas 3,8%. De acordo com o quadro abaixo, observa-se que as principais empresas que prestam serviços de armazenagem à granel em silos metálicos ou armazéns graneleiros. Assim, entendemos que as unidades de armazenamento da Conab em Rondônia deverão se voltar para estimular o desenvolvimento de aprimoramento tecnológico na área de armazenagem e contribuir com o treinamento de mão de obra especializada, procedendo interação com as universidades e demais órgãos vinculados à produção agrícola.

Quadro 04 – Principais empresas que prestam serviços análogos – armazenagem

UF	Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
RO	RICAL-RACK IND. COM. DE ARROZ LTDA	84718741000283	42.988
	HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A	84590892000380	35.435
	KARGIOLI COMERCIAL EXP. E IMP. TDA	05724722000102	33.238
	CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706007321	32.800
	CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706025575	24.160
	J.S. COM. REPRESENTAÇÕES LTDA	01971532000139	16.856
	COOTRAL- COOP TRAB ARM ADM CONS RONDONIA LTDA	03670856000324	13.860
	BERNARDO ALIMENTOS IND. COM. LTDA	05194398000249	13.829
	CIA DE ARMS GERAIS TRIANGULO LTDA	00996285000162	13.561
	PADRE RÉUS COMÉRCIO E TRANSPORTES DE CEREAIS LTDA	07454365000135	11.756

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

No quadro abaixo, verifica-se que o valor obtido com serviços oferecidos que geram receitas próprias.

Quadro 05 – Serviços que geram receitas próprias na UJ, em R\$

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	27.525,80	100,00
Leilão de Terceiros (público)		0,00
Leilão de Terceiros (privado)		0,00
Classificação de Produtos		0,00
Total de Serviços	27.525,80	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

Apesar de desenvolver grande volume de atividades para apoiar a comercialização de produtos agrícolas, a Conab/Sureg-RO gera receitas próprias apenas com armazenagem de produtos agrícolas de terceiros, uma vez que todo o processo de comercialização e de apoio, realização dos leilões de terceiros (público e privado) são centralizados e controlados pelas respectivas áreas de cada instrumento na Matriz.

No entanto, a maior parte dos produtos armazenados pela Conab/Sureg-RO não gera receitas próprias, pois são produtos adquiridos do Governo Federal.

Como resultado dos incentivos que o Governo Federal oferece aos produtores agrícolas, por meio das ações empreendidas pela Conab, a cada ano melhora o sistema de produção, a produtividade, bem como aumenta a segurança e a confiança dos produtores no apoio institucional do Estado.

A Conab, ciente de sua obrigação de tornar público esses resultados, lançou o Portal da Transparência, onde é possível acompanhar os nossos estoques de alimentos.

O ano de 2013 nos reserva novos desafios, segundo a política agrícola que está sendo desenhada pelo Ministério Agricultura, que deverá levar em conta as necessidades da nova classe média rural que se forma no País, fazendo com que as ações da Conab assumam novos patamares na relação Estado e produtores/empreendedores agrícolas.

Quadro 06 – Principais clientes do setor público – armazenagem

UF	CNPJ	Razão Social	2.012	
			Peso Movimentado (kg)	Valor Movimentado (R\$)
RO	26461699034913	COMP. NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB - CONT OPÇÕES	8.397.372	3.745.824,71
TOTAL			8.397.372,000	3.745.824,710

OBS: Consideramos como principais clientes os depositantes que movimentaram mais de 1.000 toneladas em 2012

Fonte: Suarm/Gearm

2.2.3 - Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

A Conab não realiza esse tipo de serviço, apenas possui contrato com entidades classificadoras. No estado de Rondônia, a classificadora oficial é a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia-Idaron, com a qual a Conab/Sureg-RO mantém contrato.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA**3.1 - Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção**

A Política de Garantia de Preços Mínimos, PGPM, lançada em 1966, ainda exerce papel relevante na política agrícola brasileira e, conseqüentemente, nas decisões do produtor sobre o plantio, atenuando as oscilações de preços, que são característica do mercado agrícola. Por meio principalmente de instrumentos de comercialização de produtos como, AGF – Aquisição do Governo federal, Contrato de Opção, PEP - Prêmio para Escoamento de Produto e PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor, o Governo atua comprando o excedente, sempre que o preço de mercado se situa abaixo do preço mínimo. Assim, considerando que os preços dos produtos agrícolas no Estado de Rondônia se mantiveram acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, no ano de 2012 não se fez necessário que a Superintendência da Conab em Rondônia realiza-se compras dos produtos abarcados pela PGPM.

Relativo à subvenção, registramos que em 2009, com a necessidade de consolidar um novo modelo de desenvolvimento sustentável, o Governo Federal criou a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio, que além de auxiliar a preservação dos recursos naturais, possibilita um desenvolvimento social e econômico justo, permitindo a sustentação de preços de produtos da biodiversidade brasileira nas regiões produtoras, a exemplo do Estado de Rondônia, onde, a Conab através da sua Superintendência Regional realizou/pagou em 2012 subvenção para o produto “Borracha Natural”, face o preço de mercado à época ter se mantido ao longo do ano abaixo do preço mínimo. Registra-se que para os demais produtos que fazem parte da PGPM-Bio não se fez necessário pagar subvenção em virtude de seus preços terem se mantido acima dos preços mínimos.

Quadro 07 – Subvenção por meio da PGPM- Bio

UF	N.º Extrativistas	Quant (ton)	Valor (R\$)
Borracha			
RO	93	84,0	140.143,60
Subtotal	93	84,0	140.143,60

3.2 – Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.5 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, tendo como fonte dos recursos os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF: tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e com o Decreto n.º 69597, de 15/09/2009. Participantes: agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 47, de 26/11/2008), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados, preferencialmente, em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais. Natureza da Operação: Compra Direta dos produtos dos participantes enquadrados. Produtos Amparados: arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano. Limites: até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos mil reais) por unidade familiar beneficiária/DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB/ano civil, não sendo cumulativo com a modalidade CPR-Estoque com liquidação financeira. Acima deste limite, somente com autorização da Conab Matriz. Nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque com liquidação em produto, serão deduzidos, deste limite, os valores correspondentes. Nas operações de compras da agricultura familiar para alimentação escolar com recursos do FNDE, os limites não têm vínculo com o PAA.

Formação de Estoque Pela Agricultura Familiar – CPR Estoque: tem como finalidade a formação de estoques pelas organizações de Agricultores Familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, visando sustentação de preços e agregação de valor, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003 e Decreto n.º 6.447, de 07/05/2008. Participantes: agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 47, de 26/11/2008), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab) organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios. Natureza da Operação: formação de estoque de produtos alimentícios pelas organizações dos participantes. Produtos Amparados: produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar. Limites: a) liquidação financeira: até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por produtor/DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB/ano

civil, não sendo cumulativo com as demais modalidades do PAA. Acima deste limite, somente com autorização da Conab Matriz; b) liquidação física - até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por produtor/DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB/ano civil. Acima deste limite, somente com autorização da Conab Matriz. Serão deduzidos deste limite os valores correspondentes a operações de Compra Direta – CDAF e de CPR-Doação. Já com relação às Organizações, o limite é de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)/ano civil, para participantes com personalidade jurídica em que, pelo menos, 90% (noventa por cento) da organização sejam agricultores familiares enquadrados no Pronaf, na forma da Portaria N.º 47, de 26/11/09. Poderá ser emitida mais de uma CPR por organização/ano civil, desde que a soma dos saldos devedores das cédulas não liquidadas não ultrapasse os limites estabelecidos para a organização e para os participantes.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação: tem como finalidade atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de Agricultores Familiares, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003 e o Decreto n.º 6.447, de 07/05/2008. Participantes: Fornecedores - agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 47, de 26/11/08), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações); Consumidores - instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Natureza da Operação: compra de produtos alimentícios de origem agropecuária e extrativista para doação simultânea. Produtos Amparados: produtos alimentícios próprios para consumo humano. Limites: a) até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por participante/DAP ou DAPAA ou DAP P ou REB/ano civil, não sendo cumulativo com a modalidade “CPR-Estoque com Liquidação Financeira”; b) caso o fornecedor tenha realizado operações de “CPR-Estoque com Liquidação Física” ou de Compra Direta a soma com a CPR-Doação não poderá ultrapassar R\$ 8.000,00 /DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB/ano civil; c) nas operações de compra da agricultura familiar para alimentação escolar com recursos do FNDE, os limites não têm vínculo com o PAA.

Quadro 08 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	15	DIVERSOS	1.288	2.855.024	5.490.346,10
Subtotal	15	-	1.288	2.855.023,7	5.490.346,10
MDA					
Subtotal	-	-	-	0,0	-
Total	15	-	1.288	2.855.023,7	5.490.346,10

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 09 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
MDS	1	DIVERSOS	98	106.425	468.805,00
Subtotal	1	-	98	106.425	468.805,00
MDA	5	DIVERSOS	244	623.016	1.224.978,30
Subtotal	5	-	244	623.016	1.224.978,30
Total	6	-	342	729.441	1.693.783,30

Fonte: Dipai/Supaf

Em 2012, não houve aquisição pela CDAF no Estado de Rondônia, tendo em vista que não houve demanda para aquisição de produtos, devido os preços dos produtos que fazem parte da pauta desse instrumento terem se mantido acima dos preços de referência.

Dos instrumentos do PAA operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresentou a maior demanda e abrangência no ano de 2012. Por ser um instrumento que possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces, polpas de frutas e outros, faz com que a procura por parte das organizações de agricultores por este instrumento seja cada vez maior, com isso, no referido ano, a Regional da Conab em Rondônia formalizou projetos para aquisição de 2.885 toneladas desses produtos, em 15 municípios, beneficiando 1.288 agricultores familiares com aporte financeiro da ordem de R\$ 5.490.346,10 (cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, trezentos e quarenta e seis reais, dez centavos).

Já a através da operacionalização da CPR – Estoque, por ser um instrumento que requer uma melhor estruturação, maior planejamento das organizações dos agricultores, e por vezes não adquire os produtos, somente disponibiliza recursos financeiros para formação de estoques, sua demanda tem sido menor que a CPR Doação, toda via, no ano de 2012, a Conab em Rondônia formalizou projetos em 6 municípios, com um total de recurso aplicado da ordem de R\$ 1.693.783,30 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e três reais, três centavos), beneficiando 342 agricultores familiares, viabilizando a formação de estoques de 729 toneladas de produtos, como a castanha-do-brasil, café, palmito de pupunha, farinha, açúcar mascavo e polpas de frutas.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Para o próximo exercício (2013), a previsão é que:

- Para a CDAF, a utilização desse instrumento no Estado de Rondônia ocorre geralmente para o produto feijão, quando de uma super safra no Estado, aliado a uma boa safra nos outros Estados produtores. Para a produção desse produto em Rondônia, além das condições climáticas, depende significativamente do Programa do Governo Estadual em que faz distribuição de sementes desse produto. Portanto, face as variantes, e a época do ano em que estamos (entre-safra), ainda não é possível ter uma previsão se no ano de 2013 se fará necessário realizar Compra Direta em Rondônia;
- Para a CPR Doação, acreditamos que as Organizações de Agricultores beneficiados por esse instrumento no ano de 2012 apresentem novos projetos em 2013, com a perspectiva de acréscimos no número de agricultores e no volume de recurso. Considerando ainda a crescente divulgação da CPR Doação através das mídias, por meio de palestras, reuniões e relatos das experiências dos beneficiários, acreditamos que para o próximo ano tenhamos demanda de projetos de novas Organizações de outros municípios ainda não contemplados;
- Para CPR Estoque, idem a CPR Doação.

Resultado financeiro geral

Tendo em vista que não houve intervenção no Estado por meio dos instrumentos AGF, Mercado de Opção, PEP e PEPRO, bem como considerando que o PAA tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo a aquisição de alimentos de agricultores

familiares por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, não houve portanto, venda de produtos no âmbito desta Regional e conseqüentemente, não houve resultado financeiro.

Quadro 10 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em kg)	Valor (R\$)
CDAF	MDS		-	-
	MDA		-	-
CPR Doação	MDS	DIVERSOS	2.855.024	5.490.346,10
	MDA			
CPR Estoque	MDS	DIVERSOS	106.425	468.805,00
	MDA	DIVERSOS	623.016	1.224.978,30
Total MDS			2.961.449	5.959.151,10
Total MDA			623.016	1.224.978,30
Total Geral			3.584.465	7.184.129,40

Fonte: Dipai/Supaf

A título de melhor transparecer as operações mais impactantes no que tange a execução orçamentária de 2012, listamos abaixo as 10 maiores operações do PAA nas modalidades executadas nesta UJ.

Quadro 11 – Dez maiores operações na CPR-Doação

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	RO	DIVERSOS	305,6	599.353,30
MDS	RO	DIVERSOS	168,4	479.185,88
MDS	RO	DIVERSOS	176,5	422.106,88
MDS	RO	DIVERSOS	249,2	392.472,40
MDS	RO	DIVERSOS	173,0	382.175,52
MDS	RO	DIVERSOS	235,0	330.742,80
MDS	RO	DIVERSOS	60,2	287.428,20
MDS	RO	DIVERSOS	143,7	263.128,80
MDS	RO	DIVERSOS	144,6	249.355,90
MDS	RO	DIVERSOS	133,1	229.007,00
Total			1.789,3	3.634.956,68

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 12 – Dez maiores operações na CPR-Estoque

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDA	RO	CUPUAÇU	112,5	450.000,00
MDA	RO	CASTANHA DO BRASIL	238,0	249.999,75
MDS	RO	POLPA DE CUPUAÇU	34,7	191.125,00
MDA	RO	PALMITO DE PUPUNHA	25,0	150.000,00
MDS	RO	AÇÚCAR	21,8	130.800,00
MDA	RO	CAFÉ	48,3	119.784,00
MDA	RO	CASTANHA DO BRASIL	98,5	103.499,55
MDS	RO	POLPA DE CACAU	17,2	94.600,00
MDA	RO	CAFÉ	32,2	79.980,00
MDA	RO	CASTANHA DO BRASIL	68,3	71.715,00
Total			696,5	1.641.503,30

Fonte: Dipai/Supaf

3.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	12,5	8,1	10,5
<p>Análise do Resultado: Verifica-se que de 2010 para 2011 o percentual do número de projetos com valores elevados diminuiu, voltando a crescer em 2012. O referido dado está ligado diretamente ao volume de recurso dispendido para os PAA nesse período, cujo menor aporte se deu em 2011, época em que se priorizou atender um maior número de organizações/projetos com um volume de recurso menor que o ano anterior. Já em 2012 a disponibilidade de recurso foi maior, conseqüentemente houve uma maior demanda de projetos e de alimentos, onde, aliado a uma melhoria na capacitação técnica e das estruturas produtiva por parte das organizações e dos agricultores, fez com que projetos acima de R\$ 300 mil fossem aprovados.</p>			

Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	37,7	36,4	31,5
<p>Análise do Resultado: Verifica-se um crescimento ascendente de 2010 a 2012 no atendimento aos agricultores familiares de menor renda pelo PAA, o que ocorreu pelo fato da Regional da Conab nesse período ter buscado incessantemente atender as prioridades do Governo Federal, que é incluir as famílias menos favorecidas nos programas de Governo, para tanto, a divulgação e a abrangência cada vez maior do PAA foi fundamental para que as organizações de agricultores juntamente com a Conab identificassem essas famílias e incluíssem nos projetos.</p>			

Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	36,0	33,7	30,8
<p>Análise do Resultado: Similarmente ao que ocorreu com o percentual de agricultores familiares de menor renda atendidos pelo PAA, o percentual/volume de recurso dispendidos para o atendimento desse agricultores também foi ascendente nos últimos três anos, devido também ao fato da Regional da Conab nesse período ter buscado incessantemente atender as prioridades do Governo Federal, que é incluir as famílias menos favorecidas nos programas de Governo, para tanto, a divulgação e a abrangência cada vez maior do PAA foi fundamental para que as organizações de agricultores juntamente com a Conab identificassem essas famílias e incluíssem nos projetos.</p>			

Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	31,3	45,2	
<p>Análise do Resultado: Para esse indicador, mesmo tendo sido realizado supervisões nos projetos do PAA no ano de 2010 não foi possível resgatar os dados acerca dessas supervisões, uma vez que o controle dessas informações ainda se dar na forma física (documental) e através de arquivos salvos em computadores, todavia, para as supervisões realizadas nos anos de 2011 e 2012, podemos observar uma diminuição das atividades no último ano quando comparado a 2011, o que ocorreu devido a limitação de diárias e volume de recursos destinados as viagens a serviço estabelecido/determinado pelo Governo Federal em 2012, o que impossibilitou que os técnicos da Regional capacitados para a realização de tais atividades a realizassem com mais intensidade.</p>			

Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	32,7	36,5	32,7
<p>Análise do Resultado: Verifica-se que de 2010 para 2011 o percentual do número de municípios atendidos subiu, enquanto que de 2011 para 2012 esse percentual diminuiu. O acréscimo se deu naturalmente devido a consolidação do PAA no Estado, e exemplo do que vem acontecendo a nível de Brasil. Já o declínio desse percentual no último ano, se deu em virtude de alguns projetos de 2011 de determinados municípios terem sido adiados/prorrogados não tendo seus projetos renovados em 2012 por estarem ainda em execução. Seguindo indicações dessas organizações de agricultores familiares, elas estarão apresentando propostas de participação neste ano de 2013.</p>			

Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	46	28	27
<p>Análise do Resultado: Por ser também uma prioridade do atual Governo Federal a questão da inclusão das mulheres nos programas governamentais, o envolvimento das mulheres nas políticas públicas de promoção ao desenvolvimento do meio rural está cada vez maior, e a Regional da Conab em Rondônia vem buscando através do PAA atender essa prioridade, já com reflexo na realidade do programa no Estado de Rondônia nesses últimos três anos. Destaca-se, que o elevado acréscimo desse quantitativo no ano de 2012 se deu principalmente pela exigência do PAA, normatizada pela Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011 do Grupo Gestor do PAA, em que fomenta o acesso de mulheres ao Programa, onde estabeleceu que a partir de 2012 nas operações realizadas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, ficou exigido a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores.</p>			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta - SUGOF, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab - MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto - PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

No âmbito do Estado de atuação desta UJ, a conjuntura agrícola vivenciada no exercício de 2012 não necessitou de intervenção governamental com os instrumentos aqui listados, entendendo por, tão somente, dar continuidade a venda de milho para pequenos criadores através do Programa de Abastimento Social – Venda em Balcão.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.2. Programa de Abastecimento Social - Venda em Balcão

O Programa tem por objetivo precípua viabilizar o acesso dos criadores e das

agroindústrias de pequeno porte, por meio da venda direta dos estoques públicos de diferentes produtos agrícolas, tais como, milho, arroz em casca, trigo e castanha, entre outros. Tem como clientes os pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos entre outros, incluindo as micro agroindústrias de beneficiamento e produção de ração.

A Conab se encontra presente em todas as regiões brasileiras quando se faz necessária a sua intervenção para garantir a manutenção das atividades do pequeno criador/ produtor rural.

Para se habilitar ao Programa, o interessado deverá efetuar o seu cadastro em uma das unidades operacionais da Conab localizadas na sua região ou próxima a ela. Esse tipo de venda direta ao público-alvo da operação permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Conforme já citado, existem vários produtos que estão abarcados dentro desse Programa, permitindo a venda direta dos estoques oficiais aos pequenos criadores, no entanto, especificamente no que tange a realidade de Rondônia foi comercializado somente o milho atendendo à criadores de aves, codornas, suínos, ovinos/caprinos, bovinos de leite, etc.

Neste contexto, o milho, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF e/ou intervenções. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

No que se refere ao volume físico e financeiro gerado pela movimentação da venda de milho objeto do Programa em comento, registramos que em 2012 foram comercializadas 3.493 toneladas promovendo 834 atendimentos e gerando uma receita bruta de R\$ 1.561.943,83.

Analisando efetivamente as principais intervenções desta Regional no mercado, registra-se que o ano de 2012 não demandou a utilização de diversas ferramentas (modalidades) fazendo com que o Governo Federal não atuasse efetivamente em Rondônia, no que concerne aos instrumentos de intervenção objeto deste item, o que não quer dizer que o governo tenha deixado de atuar de forma expressiva em vários outros Estados, mediante a uma criteriosa observação quanto a demanda de utilização dos vários instrumentos que se adequem as realidades vivenciadas por cada região.

Em Rondônia, conforme pode ser nitidamente observado nas descrições supra, a única modalidade de intervenção no mercado que foi utilizada durante todo o exercício de 2012 foi a Venda em Balcão, tendo o milho como único produto, face a natureza/aptidão agrícola do Estado, a quantidade de pequenos criadores aqui existentes e a conjuntura nacional dessa *commodity* que por vários fatores teve seu preço puxado para cima.

Um fato que entendemos ser de alta significância, carecendo de constante observação por parte do Governo Federal refere-se a seca que assolou e ainda castiga o Nordeste brasileiro fazendo com que o Governo se desdobre para abastecer aquela região. Tal fato preocupa-nos de certa forma, apresentando-se como um fator de risco, pois as ações estão voltadas ao atendimento daquela emergência o que pode acarretar atrasos nas remoções de produtos para abastecimento de outras regiões, como é o caso de Rondônia, donde os estoques não são suficientes para atendimento a contendo do próximo exercício.

Ainda, no sentido de concedermos maior transparência na execução desse Programa no âmbito de jurisdição da SUREG/RO, elaboramos quadro abaixo contendo as dez maiores

operações na modalidade durante o exercício de 2012.

Quadro 13 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	Geraldo Martins	Milho	142.504	68.002,88
2	Luizimar Batista de Souza	Milho	101.080	48.587,60
3	Fernando Ribeiro Guimarães	Milho	86.620	41.332,70
4	Euclides Andrade Filho	Milho	57.900	21.838,71
5	Acelino Luiz Marcon	Milho	52.666	24.128,08
6	Ilor José Capelim	Milho	44.538	21.279,00
7	Vanessa Bordignon	Milho	38.800	14.555,05
8	Geraldo Ventura dos Santos	Milho	38.200	14.332,20
9	Luiz Cláudio Lopes	Milho	34.980	12.943,04
10	Miguel do Livramento	Milho	31.200	14.988,00
Total			628.488	281.987,26

Fonte: SEOPI/SUREG(RO)

Conforme pode ser observado no quadro acima, vários criadores adquiriram expressivos quantitativos de produtos.

Quadro 14 – Demonstrativo Geral das Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
Venda	Venda em Balcão	Milho	3.426.734,0	1.530.994,33
Resultado Geral			3.426.734,0	1.530.994,33

Fonte: SEOPI/SUREG(RO)

Analisando o programa em sua essência, pode se afirmar que é reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Em contraposição a essa máxima, avaliamos positivamente a ação implementada durante todo o exercício de 2012 na operação de venda em balcão, o que, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios.

A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado.

Neste sentido, durante o exercício 2012, no Estado de Rondônia, com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegurou-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos de nossa economia.

4.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	0,67%	0,65%	0,69%
<p>Análise do Resultado: O presente indicador revela, em termos percentuais, o atendimento que proporcionamos aos criadores do Estado de Rondônia. A cobertura de atuação do Programa de Abastecimento Social – Venda em Balcão revela que dentre os três últimos avaliados, o exercício 2013 foi o que maior percentual de atendimentos proporcionou em relação a quantidade de produtores existentes no Estado. Neste particular, entendemos que há um campo muito grande para que o programa avance no sentido de contemplar mais produtores, no entanto, para isso uma maior divulgação será necessária por parte da SUREG/RO. Mas tal fato passa por uma análise muito criterioso, pois, a ampliação e divulgação do programa passa, anteriormente, por estratégias específicas de aumento da capacidade da Companhia renovar seus estoques de milho para atendimento a contenda da futura demanda que poderá ser gerada pela divulgação mais efetiva.</p>			

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em atividades classificadas como prestação de serviços, a Conab/Sureg-RO desenvolve apenas às relacionadas a serviços de armazenagem de produtos agrícolas sendo que a Superintendência Regional de Rondônia mantém 03 (três) Unidades Armazenadoras, instaladas nos municípios de Porto Velho, Cacoal e Vilhena.

A título de melhor esclarecer a prestação de serviços, registra-se que esta Regional não está habilitada para prestação de serviços de classificação, conforme relação disponível no MOC - TÍTULO 09 – Classificação de Produtos Vegetais - Documento 2 – Entidades Prestadoras de Serviços de Classificação, sendo que para tal serviço são contratadas as empresas classificadoras de produtos agropecuários credenciadas, a exemplo da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON/RO e da Empresa Nacional de Classificação e Análise Ltda, em Brasília/DF.

A movimentação de estoques (entradas) de produtos de terceiros, no exercício 2012, se deu na ordem de 211.690 Kg arroz em casca na UA-Porto Velho/RO e 40 sacas de café na UA-Cacoal/RO. Ambos produtos tiveram suas entradas e respectivas saídas registradas durante o exercício.

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Apesar de ter havido movimentação de estoques de terceiros no exercício de 2012 nas Unidades sob jurisdição desta Regional, o saldo ao final do exercício encontrava-se zerado, perpassando para o ano de 2013 sem registro de qualquer produto de terceiro em nossas Unidades.

Comparativamente à exercícios passados, verifica-se que em razão baixa qualidade das condições técnico operacionais das Unidades Armazenadoras sob a jurisdição da SUREG/RO, a cada exercício vem se notando uma inviabilização as atividades de armazéns gerais, no entanto, alguns armazéns, não só a nível de Rondônia como também a nível de Brasil, passaram por reformas estruturais com intuito de ao atenderem ao escalonamento de certificação estabelecido na Instrução Normativa nº 41/MAPA, de 14 de dezembro de 2010.

No caso específica de Rondônia, alguns processos administrativos instruídos para a correção dos problemas estruturais/equipamentos estão em andamento e visam principalmente dotar as unidades de estruturas mais modernas para atendimento a contento das demandas advindas dos seus clientes, bem como, as exigências legais para prestação do serviço de armazenagem para terceiros.

A precariedade dos Armazéns que precedem a futura política nacional de revitalização

do parque de armazéns governamentais, espelha uma realidade financeira, de fácil previsão, bem aquém dos objetivos e metas de qualquer empresa, seja ela do governo ou privada.

Assim sendo, verifica-se no quadro abaixo os resultados financeiros apresentados pela prestação de serviço de armazenagem.

Quadro 15 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Serviços	27.525,80	-2,42
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-1.255,68	0,11
=Receita líquida de vendas e serviços	26.270,12	-2,31
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	0,00
=Lucro bruto operacional	26.270,12	-2,31
-Despesas Operacionais	-8.630.320,84	758,96
Despesas de Pessoal	-6.361.542,36	559,44
Despesas Financeiras	-	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	2.268.778,48	-199,52
Receitas Operacionais Diversas	7.358.556,12	-647,12
Resultado Não Operacional	108.367,19	-9,53
Resultado	-1.137.127,41	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

Notadamente, verifica-se que a prestação de serviço de armazenagem não se constituiu em atividade superavitária, apresentado resultado negativo ao final do exercício na ordem de R\$ 1.137.127,41.

Esse resultado não salutar aos cofres públicos foi capitaneado principalmente pelas despesas operacionais, a qual, por sua vez, é obtida com o somatório das despesas de pessoal, despesas financeiras, despesas comerciais e administrativas.

Assim sendo, através de simples análise, pode-se afirmar que para as Unidades experimentarem resultados financeiros positivos ao término dos exercícios futuros será necessário aumentar significativamente a quantidade de produtos estocados, utilizando melhor a capacidade estática instalada, bem como, promovendo aumento do tempo médio de permanência desses estoques nas Unidades, desde que respeitado integralmente o interesse do cliente que armazena.

Tal tarefa não é tão simples como parece, pois essa ação enverada por caminhos que sempre levam a necessidade premente de implementação da modernização efetiva das respectivas Unidades, fazendo com que as mesmas possam concorrer tecnicamente em pé de igualdade com as modernas estruturas de armazenamento detidas pela iniciativa privada.

Necessário faz-se ressaltar que essa ação de modernização despenderá a execução de vultosas importâncias orçamentárias/financeiras para contratação de empresas para elaboração de projetos e posterior execução objetivando a pretendida modernização.

Em relação a confecção de Indicadores de Desempenho que leve em conta os custos de serviço de armazenagem como um dos componentes que são utilizados para se encontrar os índices propostos pelo indicador, registra-se que como as Unidades próprias da Companhia mantêm estoques privados e governamentais, concomitantemente, torna-se impossível agregar as despesas (custos diretos e indiretos) apenas para os produtos de terceiros, inviabilizando, desta forma, a demonstração contábil da média de todos os gastos específicos e exclusivos para armazenar o produto privado.

7 - Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 – Rede Armazenadora Própria

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Conab/Sureg-RO estão em operação três unidades armazenadoras, compostas por cinco armazéns, com capacidade estática total 19.995 toneladas, em ambiente natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento social que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro 16 – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	SUREG	UNIDADE ARMazenadora	Nº ARM.	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)		Média de Ocupação anual	% OCUPAÇÃO
				CONVENCIONAL	TOTAL		
RO	SUREG-RO	CACOAL	2	5.700	5.700	613	10,76
		PORTO VELHO	1	7.100	7.100	1.224	17,24
		VILHENA	2	7.200	7.200	786	10,92
	TOTAL		5	20.000	20.000	2.623	13,12

Fonte: Suarm/Gearm

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 30 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Devido ao contingenciamento de recursos financeiros, não houve investimento no exercício de 2012. Além disso, foram inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$2.750,00 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2013, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 17 – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
RO	UA Cacoal	Aquisição de 1 condicionador de ar				2.750,00	2.750,00
	UA Vilhena	Aquisição de 1 condicionador de ar				2.750,00	2.750,00
Total			0,00	0,00	0,00	5.500,00	5.500,00

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios

Quadro18 - Demonstrativo da Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios

UF	Produto	Tipo	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
RO	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	70.070	115.825,71
	ARROZ TIPO 2	2	137.280	218.275,20
	FELJAO ANAO CORES TIPO 2	2	10.674	43.302,29
	FELJAO TIPO 2	2	61.889	122.707,85
	MILHO EM TIPO	-	2.084.823	1.366.546,17
	Total RO			2.364.736

Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somavam 2.364.736 kg de diversos produtos agrícolas.

7.1.2 – Serviços de Manutenção

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando foram certificadas as primeiras 5 unidades, no entanto as unidades armazenadoras jurisdicionadas pela Conab/Sureg-RO serão certificadas apenas em 2016, conforme detalhado nos quadros XVII e XVIII a seguir.

Quadro 19 – Certificação das Unidades Armazenadoras – Previsão 2016

CACOAL – RO		
Capacidade estática: 5.701	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		55.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		140.000,00
TOTAL		278.000,00
PORTO VELHO – RO		
Capacidade estática: 7.097	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Intermediária
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		525.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		140.000,00
Sistema de combate a incêndio		250.000,00
TOTAL		998.000,00

VILHENA – RO		
Capacidade Estática: 7.197	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Pavimentação		55.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		170.000,00
Sistema de combate a incêndio		180.000,00
TOTAL		453.000,00

Fonte: Suofi, Suarm

7.1.3 – Rede Armazenadora Contratada

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, eventualmente ocorre a utilização dos serviços de armazenagem da rede privada, em especial no município de Vilhena, onde tem grande produção de grãos, os quais são armazenados à granel. Devido a unidade armazenadora da Conab possuir capacidade para armazenamento de grãos ensacados, os produtores preferem armazenar seus produtos em armazéns de terceiros.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001.

Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns que detêm estoque de produto do Governo Federal são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastros dos respectivos armazéns.

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia devem, obrigatoriamente, constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Ação (4702), estar devidamente credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns credenciados e habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço <http://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

7.1.3.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros

A Conab/Sureg-RO não possui saldo de produtos armazenados em armazéns de terceiros.

As restrições identificadas nos armazéns durante as operações de fiscalização são registradas na base de dados do SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras e periodicamente é encaminhado relatório emitido pelo Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos – xFACWeb, para tomada de providências, listando os Estoques Públicos em Armazéns com Restrição Cadastral e/ou com Impedimento Técnico/Financeiro/Jurídico. O referido relatório visa subsidiar a gestão dos estoques públicos, à luz do que reza a Resolução Conab nº 030, de 18 de dezembro de 2002, que estabeleceu critérios de priorização para o escoamento de estoques públicos.

7.1.4 – Oferta Regional de Armazenagem

A Conab, realiza o Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem, por meio da Ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Persistem as dificuldades para adesão à renovação do novo contrato de depósito com a inclusão da Cláusula 27ª – Da Garantia, principal fator na queda acentuada de armazéns credenciados, tanto na quantidade quanto na capacidade estática.

Visando atenuar a resistência na renovação do Contrato, por meio do COMUNICADO CONAB/MOC N.º 016, DE 15/07/2011, foi incluído 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE DEPÓSITO (GUARDA E CONSERVAÇÃO) DE PRODUTOS E/OU EMBALAGENS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU DA CONAB E/OU VINCULADOS A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – VERSÃO IV DO PROCESSO CONAB N.º 0236/1992, onde foram acrescentadas na Cláusula 27ª – Da Garantia as *SUBCLÁUSULAS QUINTA e SEXTA, que possibilitam ao armazenador optar por oferecer caução* em dinheiro com pagamento da garantia por meio da conversão de 50% dos créditos da remuneração devida à DEPOSITÁRIA pelos serviços prestados (Cláusula Quarta) e pela proporção de 50% do valor da sobretaxa que lhe é pago quinzenalmente (Cláusula Décima Sexta), até o limite de 5% do valor do produto(s) depositado(s).

Quadro 20 - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada, Comparando com a Demanda Anual

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
RO	129	205,5	463,9	669,4	Arroz	142,0	163,5
					Feijão	36,3	
					Milho	453,7	
					Soja	462,2	
					Total Produção	1.094,3	

Fonte: Suarm/Gearm e Boletim de Levantamento de Safras

A capacidade estática de armazéns cadastrados pela Conab é de 669 mil toneladas, contudo a produção de grãos chega a 1.094,2 mil toneladas. Portanto há uma demanda anual por armazenagem de 163,6% da capacidade estática, isso equivale a 425,2 mil toneladas de produtos além da capacidade de armazenamento.

7.1.5 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

7.2 – Análise das ações de fiscalização de estoque públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos

irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques - Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Na Conab/Sureg-RO foram realizadas fiscalizações em 3 unidades. As atividades de fiscalização são realizadas dentro da Ação 2137.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Para realização das fiscalizações são formados equipes com dois fiscais, normalmente utilizam-se dois da Sureg. A Conab/Sureg-RO possui seis empregados habilitados para operações de fiscalização, porém três deles ocupam atualmente cargos de gerentes e encarregados, restando, portanto, apenas três empregados disponíveis para as operações de fiscalização, vistoria e acompanhamento de remoções.

Quadro 21 – Relação de Fiscais da Regional

Empregado	Lotação
Valter Custódio Jorge	Sede Sureg-RO
Francisco Ivani Narciso	Sede Sureg-RO
Sander André Hartmann	UA - Vilhena
Anderson Conceição Gomes	Sede Sureg-RO
Erik Colares de Oliveira	Sede Sureg-RO
Edilson Cândido de L. Júnior	Sede Sureg-RO

Fonte: Sureg/RO-Geose

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção qualitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Conab/Sureg-RO nos meses de abril/maio, setembro e novembro/dezembro.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas na região sob jurisdição da Conab/Sureg-RO foram fiscalizadas cumulativamente mais de 4 mil toneladas de produtos.

7.2.1 – Perdas

Em Rondônia não foram registradas perdas quantitativas (perdas em armazenagem) em Unidades Armazenadoras da Conab.

7.2.2 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

7.2.3 – Descredenciamento de Armazéns

Em Rondônia não houve descredenciamento de armazéns.

7.3 – Remoção de Produtos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

A realização da remoção teve como motivo principal o atendimento do Programa Vendas em Balcão e/ou motivadas por um dos fatos geradores previstos no TÍTULO 13 – MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES DA CONAB - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 016, DE 16/06/2006. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 22 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

ORIGEM	DESTINO	DESTINO	Produto	Preço abertura (sem ICMS (R\$))	Preço Fechamento (R\$)	Quant contratada (kg)	Quant removida (kg)	Quant cancelada	Pago (R\$)
MT	CACOAL	RO	MILHO GRÃOS	70.450,00	58.000,00	1.000.000	1.000.000		58.000,00
MT	PORTO VELHO	RO	MILHO GRÃOS	122.960,00	93.260,00	1.000.000	1.000.000		93.260,00
MT	VILHENA	RO	MILHO GRÃOS	26.930,00	19.890,00	500.000	87.220	412.780	3.469,61

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

No Estado de Rondônia, para atendimento aos 1.555 clientes cadastrados, principalmente de pequenos produtores do setor suinocultor, a Conab/Sureg-RO solicitou a remoção de 2.500.000 kg de milho destinadas às UAs Porto Velho, Cacoal e Vilhena. A partir dos estoques disponíveis em armazéns localizados nos municípios de Lucas do Rio Verde e Campos Novos de Parecis, a Conab contratou a remoção do quantitativo solicitado, com a remoção de 2.087.220 kg até o fim do exercício. Por problemas de ordem técnico-operacional, foi cancelada, pela Matriz da Conab, a remoção de 412.780 kg de milho para atender a UA Vilhena.

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho

	Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro	2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios Análise do Resultado: Todas as solicitações de cadastro de armazéns foram atendidas.	100,00%	100,00%	100,00%
	Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos	2012	2011	2010
2	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato. Análise do Resultado: Dos 123 (cento e vinte e três) armazéns cadastrados no SICARM 95% não podem operar com serviço de armazenagem de estoques públicos.	95,00%	95,00%	95,00%
	Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados	2012	2011	2010
3	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais. Análise do Resultado: Existem apenas 06 (seis) armazém aptos a operar com os estoques públicos no Estado de Rondônia.	5,00%	5,00%	5,00%
	Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
4	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria Análise do Resultado: A rede armazenadora própria corresponde a 3,80% da capacidade estática de armazenagem cadastrada no Estado de Rondônia.	3,80%	3,80%	3,80%
	Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	2012	2011	2010
5	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria. Análise do Resultado: No exercício 2012 foram armazenados 2.364,7 toneladas de produtos para composição de cestas básicas e 6.032,6 toneladas de milho para atendimento aos clientes do Programa de Abastecimento Social Vendas em Balcão.	99,50%	99,50%	99,50%
	Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques	2012	2011	2010
6	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado Análise do Resultado: As fiscalizações de estoques foram realizadas pelos próprios técnicos lotados na SUREG - RO, que se deslocaram para as Unidades Armazenadoras de Vilhena e Cacoal.	0,50%	0,50%	0,50%
	Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados	2012	2011	2010
7	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes Análise do Resultado: Não foi constatado desvio de produtos dos estoques públicos fiscalizados, estando os TVNs de posse da SUFIS/Matriz.	0,00%	0,00%	0,00%
	Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	2012	2011	2010
8	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento Análise do Resultado: Os produtos são estocados atendendo as orientações de armazenagem em ambiente natural	100,00%	100,00%	100,00%
	Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada	2012	2011	2010
9	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos Análise do Resultado: Houve uma redução no custo médio por tonelada de 5%, no exercício de 2010 para 2012.	R\$ 74,13	R\$ 77,62	R\$ 78,11

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos com reposição de pequenas peças, sempre realizada por empresas do ramo, pois é relevante destacar, que esta Conab/Sureg/RO, não tem em seu corpo funcional empregado qualificado nesta área, sendo contemplada somente com 02 estagiários.

Quanto aos equipamentos de informática disponibilizados pela Matriz para a Regional de Rondônia no ano de 2012, observa-se uma significativa melhoria nas ferramentas oferecidas para o desenvolvimento dos trabalhos nesta área, pois os equipamentos existentes já se encontravam obsoletos, muitos deles inviáveis quando se tratava de consertos/reparos.

9. Gestão Estratégica

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, ficou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua

implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto Siga Brasil

No Estado de Rondônia, não utiliza-se o sensoriamento remoto para dimensionamento da área produtiva e a produtividade da região. Sendo estas informações obtidas junto aos órgãos de extensão rural, secretarias de produção e IBGE.

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

O Projeto Siga Brasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da CONAB (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geo safras.

Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Os cultivos de café, soja, milho, arroz, feijão são a base da agricultura.

Para as principais culturas de grãos, registra-se que a área plantada foi de 450,7 mil ha, obtendo variação positiva de 9,6% a maior quando comparado a safra anterior. A produtividade foi superior em 2,5% ao exercício anterior, registrando médias de 2.728 kg/ha.

Nesse contexto, ressalte-se que a produção foi o fator que mais aumentou apresentando maximização na ordem de 12,3% quando comparado ao exercício anterior, com valor modular de 1.229,4 mil toneladas.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

De acordo estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, e no decorrer do corrente ano não houve concursos para provimento de cargos na Regional de Rondônia, como também, não ocorrerem ingresso de pessoal por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e

principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foi realizado no exercício em tela apenas 02 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da SUREG/RO.

11.2. Comunicação na Instituição

a) Público interno

Para ficar por dentro das notícias e conhecer o trabalho institucional da Conab, tanto os empregados como o público externo dispõem de vários meios de comunicação, conforme abaixo:

Informativo semanal “Aqui entre Nós” com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados e o informativo mensal “Conab em boa Companhia” informando as atividades de destaque das Regionais. Além do Boletim Administrativo, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia, atualizado diariamente a cada emissão de atos e portarias.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Outro meio de divulgação de informação entre Matriz/Regional foi a implantação da videoconferência, propiciando que a Diretoria se manifeste a todo corpo funcional da Companhia

No âmbito da Superintendência Regional de Rondônia, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro mural. Também para a disseminação dos assuntos relacionados a gestão são realizadas reuniões pontuais entre Superintendência/Gerências, Gerências/Encarregados/empregados da área específica, além da disseminação de assuntos de ordem geral entre Superintendente/corpo funcional.

b) Público externo

Portal da Transparência na internet – O meio de comunicação mais abrangente para o Público externo é a mídia eletrônica, por intermédio do site da Conab (www.conab.gov.br). No sítio é possível conhecer a Companhia, estruturalmente e operacionalmente, sua história, sua missão, valores, seus programas de atuação no mercado, os seus resultados, e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Todos normativos pertinentes as operações encontram-se disponíveis para acesso. Podemos citar o Manual de Operações da Conab (MOC), Contratos, Avisos e Editais de Leilões públicos e privados e demais Regulamentos, assim como outras publicações, como por exemplo

Balancos Sociais e auditorias. Alguns *softwares* utilizados em operações, como por exemplo o PAANet, SafrasNet e BCANet, estão disponibilizados para *download*.

Arquivos relativos a transparência pública no que diz respeito a gastos públicos estão presentes para consulta.

O site é atualizado diariamente com notícias do setor agroindustrial e de abastecimento, e também possui uma série de indicadores estratégicos para tomada de decisão, no qual podemos citar a posição atualizada dos estoques públicos e a capacidade estática de armazenagem no Brasil.

De outra forma, a Regional também utiliza como meio de comunicação as correspondências direcionadas aos clientes externos, em especial ao segmento da agricultura (parceiros), mediante ofícios, cartas, requerimentos, e-mail's. Entre esses meios, também, são distribuídas aos parceiros uma revista produzida pela Conab, intitulada “ OS INDICADORES DA AGROPECUÁRIA” (maior banco de dados sobre o setor).

Temos, ainda, como meio de comunicação as palestras ministradas por empregados do quadro de pessoal da UJ, no atendimento de demandas dos setores do Agronegócio e Agricultura Familiar.

Jornais impressos de grande circulação no estado de Rondônia, Diário Oficial da União, faixas e outros.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

No âmbito da Regional de Rondônia, existem em andamento 36 ações trabalhistas, sendo que os pedidos fundamentalmente se resumem a questões referente ao piso salarial dos empregados contratados como engenheiros agrícola/agrônomo, estabelecidos na Lei Federal nº 4950-A de 1966, bem como questionamentos referentes à implementação dos níveis por merecimento, cuja a perspectiva de implantação encontra-se em andamento do ano de 2013.

Entendemos que no âmbito da SUREG/RO, poucas ações podem ser efetivadas pelo corpo Gestor desta UJ para melhoria do clima organizacional, pois todos os pleitos são decorrentes dos insucessos das políticas de pessoal até o momento postas em prática pela Companhia.

No que tange a estrutura física do ambiente de trabalho, podemos avaliar como relativamente satisfatória, proporcionando aos empregados desta UJ as ferramentas/instrumentos para uma boa execução das atividades laborais inerentes a missão institucional da Companhia.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

A capacitação dos empregados, na âmbito da Conab é uma meta contínua, neste sentido a Companhia esta em face de implantação a Gestão de Desempenho, cujo objetivo e diagnosticar as necessidades de treinamentos/capacitação correlatos às competências de cada área.

Quadro 23 - Treinamentos realizados na UJ em 2012.

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	1	24	24
Auditoria	1	27	-
Comunicação Social	14	140	-
Educação e Desenvolvimento	1	120	120
Financeira	6	224	-
Gerencial	0	0	-
Informática	1	120	120
Jurídica	2	40	-
Operacional	0	0	-
Planejamento	6	111	18,5
Qualidade	0	0	-
Total	31	686	22,13

Contata-se pelos dados acima que 31 empregados foram treinados, equivalente a 58,50% do quadro da UJ, com uma carga/horária por treinados de 686 horas-aula.

Estes treinamentos foram realizados buscando melhorar o conhecimento dos empregados nas suas áreas de atuação, ou seja baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia, e assim contribuindo com a valorização dos mesmos, como também capacitando-os para o bom desempenho funcional.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab**11.5.1 - Composição do quadro de servidores ativos**

O quadro de Recursos Humanos da Superintendência Regional de Rondônia é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e nomeados para cargos de livre provimento. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

No exercício, a SUREG/RO contava com 53 empregados.

Quadro 24 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	53	0	0
1.1. Cargos de Carreira	-	53	0	0
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		53	0	0

Fonte: Dige/Sugep

No âmbito da SUREG/RO, não foi registrada a existência de situações que viessem a reduzir a força de trabalho nesta Regional, no presente exercício.

Quadro 25 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	15	1	1
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		15	1	1
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	15	1	1

Fonte: Dige/Sugep

Os Cargos em Comissão no âmbito da Regional são ocupados por servidores de carreira, nomeados pelo Presidente da Companhia (Art. 20, Inciso XI do Regimento Interno), com indicação da Superintendência para os cargos de Assistente, Secretarias, Gerentes e Encarregados.

A UJ, esta enquadrada como Sureg tipo II, tendo em seu organograma 15 cargos em Comissão referem-se a 01 (um) Superintendente Regional, 01 (um) Assistente, 03 (três) Gerentes de Área, 04 (quatro) Encarregados de Setor, 03 (três) Secretarias e 03 (três) Gerentes de Unidade, representando no exercício 23% do total de empregados da Regional.

No exercício de 2012, houve 01(uma) substituição de Titular do SEADE, no Cargos em Comissão no SUREG/RO.

Para indicação dos cargos em Comissão foram observados os requisitos de formação e experiência estabelecidos nos normativos (PCCS/91, Parte A, item 3, subitem 3.9.2 – Funções Gratificadas, c/c Art. 153 do Regimento Interno).

Quadro 26 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	14	20	2
1.1. Em Cargo de Carreira		1	14	20	2
2. Empregado em Função Gratificada	1	4	7	4	0
2.1. Cargos de Carreira	1	4	7	4	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	1	5	21	24	2

Fonte: Dige/Sugep

Em se tratando de casos específicos que contribuem para a redução da força de trabalho, registramos a inexistência de situações afetas a esse tema.

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para

concorrer ao benefício, lembrado que na SUREG/RO, apenas 21 empregados são participantes do CIBRIUS. Pelo quadro acima verifica-se a existência de 21 empregados (39,62% do número do quadro de pessoal) com até 50 anos de idade, 26 empregados com mais de 51 anos de idade, e provavelmente estarão em processo de aposentadoria nos próximos 4 anos.

Na SUREG/RO, existe 10 empregados aposentados, que permanecem em atividade, de acordo com o regime da CLT..

Quadro 27 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	0	3	2	2	0	18	0	9	3	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira			3	2	2		18		9	3				
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	0	0	4	0	5	5	2	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira							4		5	5	2			
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	0	3	2	2	0	22	0	14	8	2	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

O número de empregados com nível superior representa 45,28% do total da força de trabalho, nível médio 41,51 %, enquanto que os de nível auxiliar representam 13,21% do total.

Olhando o quadro acima, poderíamos dizer que a Regional de Rondônia tem uma força de trabalho com boas qualificações, e que não precisa recompor seu quadro de pessoal, porém, a realidade é bem diferente, nem todos tem sua formação voltada para a função que exerce dentro da UJ, como também, não estão contratados como técnicos de nível superior e sim de nível médio,

Composição do quadro de estagiários

O Programa de Estágio da Companhia foi implementado através do Voto DIAFI nº378/2003 com o objetivo de proporcionar a complementação educacional dos estudantes de ensino médio e superior, e o seu desenvolvimento profissional por meio da vivência na Companhia.

Além dos empregados, a SUREG/RO conta com 14 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$ 124.443,41 (salário e auxílio transporte), no exercício de 2012.

Quadro 28 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	16	15	14	14	124.443,41
1.1 Área Fim	10	10	9	8	
1.2 Área Meio	6	5	5	6	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	16	15	14	14	124.443,41

Fonte: Dige/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 29 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em RS)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2010	2.376.960,81	-	-	-	64.279,00	430.787,80	-	161.460,83	-	3.033.488,44
	2011	2.583.988,10	-	-	-	54.896,00	417.452,32	-	-	-	3.056.336,42
	2012	3.311.390,84	-	-	-	-	485.427,00	-	86.849,45	-	3.883.667,29
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	2.049.903,30	-	740.342,92	-	57.108,00	247.194,76	-	159.674,73	-	3.254.223,71
	2011	2.503.286,58	-	857.889,90	-	40.788,00	274.405,66	-	-	-	3.676.370,14
	2012	2.529.535,38	-	893.286,50	-	-	280.888,58	-	71.598,41	-	3.775.308,87
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digeop/Sugep

No exercício 2012, observa-se que os custos com pessoal ficaram acima daqueles realizados nos anos anteriores, pois além do reajuste salarial (alínea “a”), outras verbas foram concedidas, nos seguintes parâmetros :

- Diferenças salariais referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, na folha de pagamento de Janeiro/2012, reajuste salarial de 8.5%, inclusive na Tabela de Gratificação de Função.
- A Companhia, administrativamente, passou a conceder a verba Anuênio incidindo sobre a gratificação incorporada de forma administrativa estendida também a judiciais (02 casos), retroativa a data da concessão das mesmas, cujas diferenças salariais pagas em folha de pagamento.
- Concessão de 01 ou 02 níveis, dependendo de cada caso particular, a título de Promoção por Tempo de Casa aos empregados regidos pelo PCCS/2009, na folha de pagamento de Março/2012.
- A Companhia administrativamente concedeu a venda de 1/3 do saldo da licença prêmios aos empregados, optantes, nas folhas de pagamento de novembro e dezembro.
- A concessão pela Companhia de 05 níveis salariais (Promoção por Merecimento concedidas ao corpo funcional nos anos de 1994 (03 níveis) e 1995 (02 níveis) aos empregados beneficiados pela Lei da Anistia (Lei nº 8.878/1994), conforme decisão judicial proferida na ação coletiva RR 5564-41.2010.5.10.0000.

As informações contidas no quadro acima, não foram incluídos os encargos sociais como: FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, SENAC, SESC e etc.

CUSTOS COM COM ENCARGOS SOCIAIS DO EXERCÍCIOS E ANOS ANTERIORES

EMPREGADOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
RONDÔNIA	1.394.725,99	RONDÔNIA	1.557.141,92	RONDÔNIA	1.830.281,83
TOTAIS	1.394.725,99		1.557.141,92		1.830.281,83

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços de Limpeza e Vigilância

a) Limpeza e Conservação - A contratação dos serviços de limpeza e Conservação no âmbito desta Superintendência, firmada em 01/10/2012, com a empresa Lopes & Cavalcante Ltda., mediante Pregão Eletrônico CONAB/Sureg-RO Nº 008/2012, visa proporcionar aos usuários um ambiente adequado, no que diz respeito a limpeza, conservação, higienização e asseio das instalações do prédio Sede desta Regional, nesta Capital. Os serviços são executados por 03 (três) auxiliares de serviços gerais e 01 (um) jardineiro, obedecendo a produtividade de acordo com a área demandada, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para cada servente, nos termos do Art. 44 da IN nº 02 de 30/04/2008.

b) Vigilância - A contratação dos serviços de Vigilância Armada e Ostensiva, visa proporcionar segurança física dos materiais, dos equipamentos, das instalações, das edificações, dos veículos e maquinários, dos funcionários e clientes na Sede da Superintendência da CONAB no Estado de Rondônia e Unidades Jurisdicionada. O contrato nº 07/2011, firmado em 01/07/2011 com a empresa FBX Serviços de Segurança Ltda, mediante pregão eletrônico nº xx, com base na Lei 10.520/2002 e a Lei 8.666/93, prorrogado até a data de 30/06/2013.

Quadro 30 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab/RO														
UG/Gestão: 2239							CNPJ: 26.461.699/0383-15							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	V	O	07/2011	12.159.225/0001/74	01/07/11	30/06/13			14	14				P
2010	L	O	13/2010	08.861.799/0001-12	22/11/10	21/11/12	4	4						E
2012	L	O	10/2012	07.533.627/0001-57	13/12/12	12/12/13	4	4						A
Observação:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva														
Natureza: (O) Ordinário; (E) Emergencial														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado														
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato, (C) Efetivamente Contratada.														
Fonte: Gefad/Seade														

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (exceto vigilância e Limpeza)

A Regional de Rondônia, no exercício de 2012, manteve contrato para mão-de-obra de menor aprendiz, estagiários, motorista e braçagistas:

a) Menor Aprendiz - A Lei 10.097 de 19/12/2000, determina a obrigatoriedade de contratação de jovens trabalhadores na modalidade aprendiz, previsto no art.429 da CLT, sendo a cota fixada de no mínimo 5% e no máximo 15% do total de empregados cujas funções demandem formação profissional (conforme CBO) em cada estabelecimento, sendo excluída as funções que demandam para seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança.

A Companhia desde o ano de 2010, face as notificações/autuações por parte da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em diversas Regionais, inclusive a de Mato Grosso, buscou a contratação da empresa que gerenciasse a preparação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes em todo o Brasil, todavia o certame à época não logrou êxito.

A efetiva implementação do Programa Jovem Aprendiz no âmbito da Conab, que é da competência da Matriz/Sumoc (Superintendência de Modernização e Capacitação), ocorreu apenas no exercício 2012, com a contratação por dispensa de licitação nº 01/2012 com base na Lei 8666/93 artigo 24 3 inciso XIII, da empresa RenApsi – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração, visando a execução dos serviços de recrutamento, seleção, contratação, capacitação e disponibilização de 169 (cento e sessenta e nove) jovens aprendizes em Brasília e nas Superintendências Regionais. Na Sureg/RO o Programa Jovem Aprendiz foi implantado em 22 de agosto/2012, com a contratação de 02 (dois) menores.

Por determinação da Matriz, face ao não cumprimento de cláusulas contratuais, o contrato com a empresa Renapsi foi rescindido unilateralmente em 28/12/2012.

b) Estagiário - A Lei 11788 de 25/09/2008, trata sobre o estágio de estudantes, em seu art.9º dispõe que as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio.

O Programa de Estágio da Conab tem por objetivo contribuir para a formação profissional do estudante, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na Instituição de Ensino e é efetuado por intermédio da contratação de um Agente de Integração. Em conformidade com o Voto DIRHU nº 12 de 07/08/2008, esta UJ foi contemplada com 17 (dezessete) vagas de estágio.

O agente de integração vencedor do Pregão Eletrônico 02/2012 – Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93 - foi a empresa CIEE Centro de Integração Empresa Escola, que realiza o intercâmbio entre a Regional e as instituições de ensino e efetua os serviços de recrutamento, pré-seleção, encaminhamento, acompanhamento e pagamento aos estudantes.

c) Braçagistas - A prestação dos serviços de braçagem, no âmbito desta Regional, visa o atendimento as demandas de movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, no interior das unidades armazenadoras, sob a jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia. A contratação firmada com a empresa Lopes & Cavalcante Ltda., mediante procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 02/2010, iniciou-se em 05/07/2010, tendo sido prorrogado até a data de 04/07/2013, não existe uma previsão de quantidade de trabalhadores, mais de acordo com a demanda/necessidade dos serviços.

Quadro 31 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (exceto vigilância e Limpeza)

Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab/RO													
UG/Gestão: 2239							CNPJ: 26.461.699/0383-15						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	6	O	04/2012	37.381.902.00 01-25	22/08/12	28/01/13			2	2			A
2012	1	O	02/2012	61.600.839/00 01-55	04/04/12	03/04/13					17	14	A
2010	7	O	6 e 7/2010	07.533.627/00 01-57	05/07/10	04/07/13		3					P
2011	1	O	02/2011	07.533.627/00 01-57	01/08/11	31/07/12	1	1					P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e operacional
2. Manutenção e conservação de Bens imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis
5. serviços de Brigada de incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Outras

Natureza: (O) Ordinário; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do contrato: (A) Ativo Normal (P) Ativo Prorrogado (E) encerrado

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato (C) Efetivamente contratada

Fonte: Gefad/Seade

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não houve admissão, com também desligamento no exercício de 2012.

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Esta em vias de implantação na Companhia o Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, visando especialmente os empregados que já estão aposentados pelo Regime Previdenciário Oficial, mais permanecem nos quadros da empresa, pois como são contratados pelo regime Celetista (CLT), que não há obrigatoriedade de seus desligamento.

Espera-se para o próximo exercício a recomposição do corpo funcional, com abertura de Concurso Públicos, para preenchimento das vagas advindas deste Programa.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	53	53	52
Análise: Houve um admissão por força da Lei de Anistia, no anos de 2010.			
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	47	35	36
Análise: 88,67% dos empregados desta UJ realizaram exames médicos periódicos no presente exercício.			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: Não houve acidentes de Trabalhos nos últimos 03 anos.			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	10	10	10
Análise: manteve-se inalterado, pois não houve admissão por concursos nestes anos.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Na Superintendência Regional de Rondônia não existe empregados com acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, de acordo com a Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, assinada por cada empregado, arquivada em suas pastas funcionais.

11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Quadro 32 -Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br

Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19
---------------------	--

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

Na Regional de Rondônia existe 21 empregados que são participantes da previdência Complementar, equivalente a 1,39%, com uma contribuição de R\$ 210.303,45 descontados em folha de pagamento durante o período de 12 meses.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

O valor de R\$ 210.021,61 é a parte patronal repassada pela Conab para o Cibrius referente ao 21 empregados desta Regional, equivalente 1,38% .

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

Existem 08 empregados na Unidade Jurisdicionada que são assistidos pelo Cibrius, cujo valor pago dos benefícios durante o ano de 2012 equivale a 0,52%, ou seja R\$ 118.088,28

Resultado financeiro do CIBRIUS

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;

- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.

- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;

- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas

para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);

•o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

12.1. Programas e Ações do PPA

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 4 e 7.

Quadro 33 – Ações orçamentárias da UJ

Programa/ Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	83.040	-	3.000.000,00	363.545,64
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	20	48	19.000,00	6.544,66
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	8	8	30.000,00	18.603,46
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	2.000.000,00	1.841.276,03
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	1.500.000,00	1.106.836,01
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	180	169	150.000,00	142.078,14
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	50	47	20.000,00	20.391,25
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	52	53	320.000,00	318.482,23
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	50	31	30.000,00	21.346,94
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	70.000,00	53.247,56
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	22.000,00	21.954,00

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Ao analisamos o quadro das ações orçamentárias da UJ, percebe-se que a maioria das metas físicas e financeiras previstas foram executadas de acordo com o programado para o exercício, fator esse que demonstra o cumprimento dos compromissos institucionais desta Regional.

- Na ação 2130, percebe-se que a execução foi inferior a meta prevista, o valor executado refere-se aos custos inerentes a braçagem, embalagens e frete de 2.000 toneladas de milho removidos para distintas Unidades Armazenadores afim de promover a reposição dos estoques para atendimento do Programa de Abastecimento Social - Vendas em Balcão, pois não houve a necessidade de aquisição de compra direta dos agricultores na colheita de sua safras, através dos diversos mecanismos já citados em capítulos anteriores.

De acordo com as considerações no paragrafo supra, fica claramente demonstrado que a Conab/Sureg/RO, não precisou fazer intervenção para regular preço, isto ressaltar que as remunerações percebidas pelos produtores foram satisfatórias quando da comercialização de sua produção.

- Ação 2137 – Fiscalização dos estoques – A meta física realizada foi superior a prevista, pois quando da definição das metas, não se levou em consideração que cada armazém da Companhia seria tido como uma fiscalização, e sim cada deslocamento (viagem), no entanto, cada armazém fiscalizado foi contato como uma fiscalização. Adicionalmente, com exceção ao previsto, no decorrer do exercício, notou-se a necessidade premente de maximizar a fiscalização nos criadores/compradores cadastrados no Venda Balcão, por isso

o registro de fiscalizações adicionais as previstas foram feitos. Quanto a meta financeira executada muito aquém do programado, deu-se pelo fato de que as despesas executadas com relação as supervisões do programa de venda em balcão são contabilizadas como custeio. Assim sendo, em nosso entendimento, para os próximos exercícios, as supervisões referentes a Venda Balcão não deverão ser somadas às fiscalizações de estoque que contem agenda e rubrica específica.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Todos os Termos de Cooperação são assinados pela Matriz, esta UJ executou as ações que estão demonstradas no quadro abaixo.

Quadro 34 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	702,44
2105 (MAPA)	2000 - Adm Unidade (safra café)	2.383,04
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	1.183.972,55
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	4.231.075,90
	2802 - Oper Aquisição alimentos	58.699,74
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	1.073.283,30
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	1.489,93
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	938,00
Total		6.552.544,90

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

Fiscalização do Seguro Rural

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

Foram fiscalizadas duas apólices da Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural, no município de Cerejeiras/RO, as quais foram realizadas dentro da normalidade, não sendo constatada nenhuma situação irregular pelo fiscal.

O total de recursos financeiros gastos com a atividade nesta UJ foi de R\$ 702,44.

Levantamento da Safra de Café

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

O café é a cultura de maior expressão econômica e social, que conta atualmente com a participação de aproximadamente 32.000 produtores, a maioria de base familiar. A produção é predominantemente da variedade Conilon, *Coffea canephora*, por ser uma das mais adaptadas às condições edafoclimáticas da região.

Foram realizados 4 levantamentos da safra cafeeira durante de 2012. Nesses levantamentos foram aplicados questionários, com o preenchimento, análise e processamento dos

dados, que depois foram consolidados e divulgados pela matriz da Conab.

O parque cafeeiro do Estado é da ordem de 194,281 milhões de covas, incluindo cafezais em produção (125.667 ha) e em formação (5.714 ha).

A safra colhida em 2012 foi 4,3% inferior à safra colhida em 2011, devido à maior irregularidade das chuvas e à maior variação das altas temperaturas registradas em julho, agosto e setembro/2011, em relação ao ano anterior.

O preço médio do café beneficiado pago ao produtor foi de R\$ 195,00 (saca de 60 kg).

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletim_cafe_dezembro_2012.pdf

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação com a Matriz, apenas executado pela UJ.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos - PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

No ano de 2012 foram distribuídas 400 cestas de alimentos a 100 famílias, previamente indicadas pela SEPPIR, tendo sido entregues 8.700 kg de alimentos em Rondônia, em quatro etapas de distribuição, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 35 - Cestas de alimentos distribuídas

UF	COMUM. DE TERREIRO		
	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)
	RO	100	400

FONTE: SUREGs/GEPAB - CONAB/MATRIZ

12.2. Restos a Pagar Processados e Não Processados de Exercícios Anteriores.

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 36 - Restos a pagar processados e não processados

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	242.490,67			242.490,67
2012	735.398,26		242.490,67	735.398,26

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	904.673,50			904.673,50
2012	2.396.510,53			2.396.510,53

Fonte: SIAFI

12.2.1 - Análise dos Restos a Pagar Processados.

- No ano de 2011 ficaram em restos a pagar processados o valor de R\$ 242.490,67, que foram pagos no exercício de 2012, conforme demonstrado no quadro acima.
- No exercício de 2012, foram processados o valor de R\$ 735.398,26 que estão assim distribuídos:
- R\$ 695.565,42 – Aquisição de produtos para o Programa Fome Zero do Governo Federal, pago no mês de janeiro e fevereiro/2013.
- R\$ 25.579,37 – Aquisição Ticket Alimentação, pago em janeiro/2013.
- R\$ 14.253,47 – Refere-se as despesas correntes de contratos com os Correios, Ceron, Apoena Advogados Associados, Lopes e Cavalcante e outros, também pagos em janeiro/2013.

12.2.2 - Análise dos Restos a Pagar Não Processados

Do valor de R\$ 904.673,50, relativo ao exercício 2011, foram processados e pagos no ano de 2012..

No exercício de 2012 ficaram em restos pagar não processados o valor de R\$ 904.673,50, assim distribuídos.

- R\$ 7.205,25 da UG 135.461 -SUREG/RO referente ao contrato de lavagem de veículos, bem como aquisições de material de informática e permanente.
- R\$ 2.950,00 – UG 135136 – UA CACOAL, refere-se aquisição de material permanente, aguardando fornecedor entregar o produto.
- R\$ 2.750,00 – UG 135220 – UA Vilhena, refere-se aquisição de material permanente, aguardando fornecedor entregar o produto.
- R\$ 474.158,53 – UG 135227 – Aquisições do Governo Federal com produtos da cesta básica – Programa Fome Zero, entregue na SUREG/RO, no início de janeiro de 2013, ou seja as mercadorias estavam em transito.
- R\$ 1.909.446,75 - UG 135.548 – PAA/RO, os projetos de CPR's doação encontravam em fase conclusiva, no que tange a recepção de documentos, que de praxe são anexados aos Projetos, conforme os respectivos títulos que os normatiza. Informamos ainda, que todos foram concluídos no início do exercício seguinte.

12.4. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa

Quadro 37– Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Guajará-Mirim	1	1	Os armazéns localizados em Guajará-Mirim, Colorado do Oeste e o terreno localizado em Presidente Médice estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010). Jaru imóvel foi vendido, está aguardando a conclusão dos procedimentos cartorários para a baixa do mesmo.
Porto Velho	3	3	
Colorado do Oeste	1	1	
Cacoal	1	1	
Rolim de Moura	1	1	
Pimenta Bueno	1	1	
Alvorada do Oeste	1	1	
Presidente Médici	1	1	
Vilhena	1	1	
Ouro Preto d'Oeste	2	2	
Nova União	1	1	
Theobroma	1	1	
Jaru	1	1	
Ariquemes	1	1	
Alto Paraíso	1	1	
Rondônia	18	18	

Fonte: Diafi/Supad

12.5. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I, Demonstrações Contábeis - paginas nº 72 a 91.

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 38 - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
postos em documentos formais.					
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

13.2. Deliberações do TCU e CGU

No exercício de 2012, não houve deliberações exaradas em acórdãos pelo TCU, como também, recomendações por parte do Órgão do Controle Interno – CGU, assim sendo, não há informações acerca que de providencias adotadas por esta UJ.

Resultados e Conclusões

Diante das informações contida no presente Relatório, conclui-se que a Superintendência Regional de Rondônia, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, teve sua atuação no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando sempre os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de Governo Federal.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como o contingenciamento orçamentário. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos estão sendo tomadas paulatinamente.

Brasília, 31 de dezembro de 2012.

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

– Balanço Patrimonial (ativo, passivo)

Quadro 39- Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92

Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 40 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
-----------	------	------

ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 41 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
--------------	------	------

RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 42 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 43 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12919090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos

ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) *Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) *Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) *Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

c.1) *Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) *Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

d) *Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:* Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) *Almojarifado:* Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) *Investimentos:* Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de **produtos em** unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de

Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macro-função 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546

Em R\$ mil

Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos

exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo **Federal**.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades***Passivo Contingente – Provável***

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Em RS mil

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por

danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Em R\$ mil

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Em R\$ mil

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº

9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar ação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:social e do desenvolvimento do País.

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
	Em R\$ mil	
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420

Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53